

GABRIELA DO COUTO E SILVA DIAS DUARTE

**FATORES QUE AFETAM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MARIA DA FÉ – MINAS
GERAIS**

**BELO HORIZONTE - MG
Centro Universitário UNA
Setembro/2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GABRIELA DO COUTO E SILVA DIAS DUARTE

**FATORES QUE AFETAM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MARIA DA FÉ – MINAS
GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Turismo e Meio Ambiente.

Área de concentração: Turismo e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Nelson Antônio Quadros Vieira Filho

**BELO HORIZONTE - MG
Centro Universitário UNA
Setembro/2007**

D812f Duarte, Gabriela do Couto e Silva Dias
2007 Fatores que afetam a participação da comunidade
no desenvolvimento sustentável do turismo em Maria da
Fé, Minas Gerais/ Gabriela do Couto e Silva Dias Duarte. - 2007
104 f.: il.
Orientador: Nelson Quadros Vieira Filho
Dissertação (mestrado) – UNA – Centro Universitário Una,
2007.
Inclui bibliografia.

1. Turismo – Planejamento - tese. 2. Turismo –
Sustentabilidade – tese. 3. Turismo – Minas Gerais –
tese.

I. Nelson Quadros Vieira Filho. II. UNA. III. Título.

CDU: 338.48(815.1)



**CENTRO UNIVERSITARIO UNA
PROGRAMA DE MESTRADO EM TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Dissertação intitulada “Fatores que afetam a participação da comunidade no desenvolvimento sustentável do Turismo em Maria da Fé - Minas Gerais”, de autoria da mestranda Gabriela do Couto e Silva Dias Duarte, aprovado pela Comissão Examinadora constituída pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Nelson Antônio Quadros Vieira Filho – UNA – Orientador

Profa. Dra. Isabel de Oliveira e Silva – UNA – Examinadora Interna

Prof. Dr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa – FJP/MG – Examinador Externo

À Dinha que morreu,
ao Gabriel que cresceu e
ao Miguel que se preparava para nascer,
enquanto eu escrevia essa dissertação.
Gostaria de ter tido um pouco mais de tempo para cada um
de vocês.

AGRADECIMENTOS

Ao Marcelo Cunha, ex-coordenador do curso de Relações Públicas da UNA, que “decretou”: “Gabriela, faça o Mestrado”.

Ao meu pai Alvimar, a minha mãe Martha e ao meu irmão André, que garantiram que estariam à disposição se eu precisasse.

Ao professor Márcio Simeone, o maior “co-responsável” pela minha carreira acadêmica.

Aos professores e colegas de mestrado pelas trocas e pelo “aluguel dos ouvidos” (eu adoro pensar alto).

Ao professor orientador Nelson Quadros pela tranquilidade e correções meticulosas e detalhadas na mesma medida da autonomia.

Às funcionárias do mestrado Andréa e Kandice, que sinto torcerem por nós e sempre foram tão gentis.

À Cássia da Maria do “Quim”, mariense que me convenceu que Maria da Fé tinha tudo para ser estudada, reservou hotel e marcou as primeiras entrevistas.

A todos os que me acolheram em Maria da Fé, em especial aos entrevistados que compartilharam comigo generosamente um pouco de suas vidas. Considero importante e me emociona cada detalhe de todas as histórias que me contaram. Pena que não dá para colocar tudo na dissertação. Que o diga o Nelson, que teve que sugerir os cortes!

À Zeneide e a minha irmã Aline, pela mão na transcrição de entrevistas.

Ao David, meu marido, um provocador nato, que me inspira.

Este mundo de agora, esta civilização de salve-se quem puder e cada um por si, sofre de amnésia e perdeu o espírito comunitário, que é o pai do senso comum. Em épocas remotas, bem no início dos tempos, quando éramos os bichos mais vulneráveis da zoologia terrestre, quando não passávamos da categoria de almoço fácil na mesa de nossos vorazes vizinhos, fomos capazes de sobreviver, contra toda evidência, porque soubemos nos defender juntos e porque soubemos repartir a comida. Hoje, mais do que nunca, é preciso lembrar dessas velhas lições do senso comum.

Eduardo Galeano

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

AMART – Associação Mariense de Turismo

AMOTUR – Associação dos Monitores de Turismo de Maria da Fé

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APANFÉ - Associação dos Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé

COBATA – Cooperativa dos Bataticultores

COM ARTE – Cooperativa Mariense de Artesanato

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

COOPERT - Cooperativa Têxtil de Maria da Fé

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado

FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDIS – Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

IQS – Instituto de Qualidade Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNMT – Programa Nacional de Municipalização de Turismo

PPPP – Propriedade Particular de Preservação Permanente

RESUMO

A participação da comunidade local é frequentemente apontada na literatura como fundamental para o planejamento e desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável. Entretanto, a bibliografia do turismo pouco discute a forma como deve se dar esta participação. O objetivo desta dissertação foi justamente analisar os fatores que afetam a participação da comunidade no planejamento e desenvolvimento do turismo de forma sustentável, a partir de um estudo realizado em Maria da Fé, município localizado no sul do estado de Minas Gerais. Através da revisão bibliográfica, foram identificados como possíveis fatores que afetariam a participação comunitária: a cultura e a identidade local, a visão do turismo, a visão do papel do Estado, o processo de participação e a ação de agentes externos. Estes fatores foram analisados procurando distinguir pessoas e grupos que se responsabilizam pelo desenvolvimento do turismo local e continuam a atuar em Maria da Fé dos que deixaram de atuar após a saída do Sebrae Minas, que implementou no município o Projeto Piloto de Turismo Rural. A análise foi feita sobretudo a partir da percepção de pessoas que participaram do Projeto Piloto e que atualmente desenvolvem a atividade turística, coletada através de entrevistas em profundidade. Uma das principais conclusões é a de que os fatores culturais e identitários não devem ser trabalhados apenas de forma subjacente ao processo de participação, devido ao risco de não aprofundamento da participação no nível da co-responsabilidade.

Palavras-chave: participação, turismo sustentável, cultura e identidade.

ABSTRACT

The local community participation is often pointed out in the literature as essential for the planning and development of a sustainable touristic activity. However, the tourism bibliography hardly discusses how this participation should be. The objective of this dissertation was exactly to analyse the factors which affect the community participation in the planning and development of sustainable tourism, based on a study conducted in Maria da Fé, a town in the south of the State of Minas Gerais. Through the literature review, the possible factors affecting the community participation, the culture and the local identity, the view of the tourism and of the Government role, the participation process and the action of external agents were identified. Such factors were analysed trying to distinguish people and groups which are still committed to the development of the local tourism in Maria da Fé from those who had participated before but abandoned it when Sebrae Minas, which had implemented the Pilot Project of Rural Tourism in that city, left it. The analysis was made mainly from the perception of the people who have participated in the Pilot Project and who are engaged in developing the touristic activity in the town nowadays. This perception was observed through in-depth interviews. One of the main conclusions reached is that cultural and identity factors should not be dealt with only in a parallel way to the participation process, since it may lead to a superficial engagement when it comes to co-responsibility.

Keywords: participation, sustainable tourism, culture and identity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Definição do problema	15
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo geral	16
1.2.2 Objetivos específicos	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Desenvolvimento sustentável	19
2.2 Participação e co-responsabilidade	24
2.3 Turismo sustentável e participação da comunidade	30
2.4 O papel do governo	40
3 METODOLOGIA	43
3.1 Seleção dos informantes e coleta de dados	45
4 MARIA DA FÉ	53
4.1 O Projeto Piloto de Turismo Rural do Sebrae Minas	54
4.2 Situação de Maria da Fé em 2006	57
5 FATORES QUE AFETAM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO EM MARIA DA FÉ -ANÁLISE DOS DADOS	62
5.1 Perfil dos entrevistados	62
5.2 Elementos formadores da identidade local	64
5.3 Visão do turismo	72
5.4 Visão do papel do Estado	79
5.5 O processo de participação e o Sebrae	82
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
APÊNDICE	104
Apêndice A – Roteiro de entrevista	104

1 INTRODUÇÃO

Pesquisadores, como Krippendorf (1989), Hawkins (1993), Rodrigues (1999), Barreto (2000), Irving (2002a), Coriolano (2003) e Vieira Filho e Ferreira (2006), ao discutir os impactos sócio-econômicos, culturais e ambientais do turismo, apontam a sensibilização e participação da população local no planejamento e na gestão da atividade turística como importante fator na busca da sustentabilidade. A sustentabilidade é “um processo dinâmico destinado a satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987), não colocando em risco a atmosfera, a água, o solo e os ecossistemas que mantêm a vida na Terra - a sustentabilidade ambiental (ecológica). Para alcançá-la deve-se, segundo Beni (2006), incrementar a geração de recursos naturais renováveis, limitar o uso dos não-renováveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzir o volume de poluição, intensificar a pesquisa de tecnologias limpas, evitar o desperdício, reciclar e reutilizar. A sustentabilidade ambiental passa necessariamente pela sustentabilidade social e política-institucional. A sustentabilidade social refere-se ao desenvolvimento que objetiva a melhoria da qualidade de vida da população no que se refere a questões como saúde e educação. Implica, por exemplo, a adoção de políticas distributivas. Já a sustentabilidade institucional está vinculada à necessidade de se criar e fortalecer arranjos institucionais e organismos de representação político-social cujo desenho e aparato já levem em conta critérios de sustentabilidade.

O turismo sustentável atenderia às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e, ao mesmo tempo, protegeria e fomentaria as oportunidades para o futuro. Seria uma forma de gestão de todos os recursos para “que possam satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas; respeitando a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida” (OMT, 1992). As

bases do turismo sustentável seriam a participação da comunidade, o meio ambiente, o meio sócio-cultural e os aspectos econômicos (PETROCCHI, 2002).

Como exemplo focado mais nos impactos econômicos, Mitchell e Reid (2000) apresentam a experiência do turismo com integração da comunidade de Andean, na Ilha Taquile, no Peru. Butler (2002) alega que, em comunidades de economia em menor escala, apenas uma pequena parte do que é arrecadado com o turismo fica na localidade. Em Andean, onde os moradores estão direta e altamente envolvidos no planejamento e administração do turismo, os benefícios comunitários seriam altos e bem distribuídos pela população. A comunidade conheceria a complexidade dos potenciais impactos sociais, culturais, ambientais e econômicos e coletivamente apontaria valores que não devem ser comprometidos em nome do desenvolvimento.

Quanto antes houver participação no planejamento, melhor para a sustentabilidade a longo prazo. Entretanto, normalmente, o planejamento sequer existe (MITCHELL e REID, 2000). Além disso, a comunidade citada é uma exceção, devido à sua organização política, que lembra a *ágora* grega. Os cidadãos de Taquile reúnem-se aos sábados na praça para resolver seus problemas com a ajuda de seus governantes. Não há partidos e as autoridades são responsáveis por manter a paz nas disputas e administrar o trabalho comunitário.

Difícilmente, encontrar-se-á uma comunidade com essa organização ou sequer uma comunidade, de acordo com o conceito clássico de Tonnies (*apud* BAUMAN, 2003). Segundo o autor, a comunidade é “um entendimento compartilhado por todos os seus membros”. A comunidade é, “está lá”, não é uma construção, não é consenso, pois não há divergências a serem compatibilizadas. O consenso é um acordo alcançado entre pessoas com opiniões diferentes, através de negociações, compromissos difíceis, muita disputa, contrariedade e murros ocasionais. O entendimento não precisa ser procurado, construído: está lá, completo e pronto: “nos entendemos ‘sem palavras’”. O entendimento em que a

comunidade se baseia precede acordos e desacordos. É ponto de partida, não linha de chegada. É “sentimento recíproco e vinculante”.

Se dificilmente a comunidade, como definida por Tonnies, existe, objetivos comuns precisam ser encontrados. A participação é um processo e um meio para a definição e realização de objetivos comuns. A convivência social e os princípios da democracia têm que ser ensinados, aprendidos e desenvolvidos todos os dias. Na América Latina e no Brasil, mais especificamente, a cultura costuma ser contrária a esses princípios da democracia, participação e cidadania (TORO e WERNECK, 2004). O trabalho para desenvolver o turismo local de forma sustentável passaria por esse aprendizado, pela mudança de visão e valores da população. As políticas, programas e a bibliografia da área de turismo preconizam a participação da comunidade, mas pouco adentram esta discussão sobre as dificuldades, ou seja, sobre os fatores que afetam o nível de participação da população no planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável.

O Programa Nacional de Municipalização de Turismo (PNMT), criado em 1994 pelo governo federal, foi uma experiência de descentralização com a criação de redes por meio dos Comitês e do Conselho com inclusão de outros setores sociais, mas ainda retinha a direção e o controle da implementação nos governos, seja no nível federal, estadual ou municipal. A estrutura hierárquica do PNMT pode ter sido uma barreira à condução política que efetivasse a atuação conjunta de diversos segmentos da sociedade (ENDRES, 2002a). Mesmo tendo sido interrompida sua aplicação pela mudança do partido no poder com a eleição presidencial em 2002, deixou “sementes”, uma vez que, aberta a maior participação, alguns grupos, em alguns locais, continuam a atuar por outros canais ou manter acesos valores de democracia e participação.

O desafio é manter sujeitos e grupos interessados em preservar livremente um vínculo fundamental a partir de uma profunda convicção sobre o valor de uma causa e a manifestação

de sua coerência no cotidiano (HENRIQUES *et al.*, 2002). Manter, por exemplo, comunidades, governo, instituições de ensino, empreendedores e outros ligados pelo desenvolvimento do turismo sustentável. Henriques (2002) fala de níveis de participação. A participação mais superficial é aquela em que a pessoa faz parte do objetivo apenas por se encontrar no espaço geográfico considerado. Ela desconhece os objetivos ou não se sente capaz de contribuir de qualquer forma para que estes sejam alcançados. Muitas vezes estas pessoas acabam sendo usadas apenas para legitimar uma decisão já construída por outros que detêm mais poder na relação. Neste caso, não teriam sido criadas condições para que a pessoa participasse efetivamente. A pessoa aprofundaria sua participação conhecendo os objetivos, se posicionando em relação a eles, sendo capaz de argumentar a favor, agindo em prol deles, avaliando, criando alternativas. Enfim, sentindo-se responsável pelo “sucesso do projeto”.

1.1 Definição do problema

A relevância do estudo está em que a bibliografia do turismo pouco discute essa questão, o que dificulta que experiências relevantes promovidas por iniciativa de governos, autarquias, ONG's, associações e outras organizações sejam devidamente planejadas e avaliadas. Que fatores afetam os grupos que se responsabilizam e continuam a atuar e os diferenciam dos que sequer se mobilizam? É proposta deste estudo justamente analisar os fatores que afetam o nível de participação da comunidade no planejamento e desenvolvimento do turismo.

O estudo sobre estes fatores foi delimitado à comunidade de Maria da Fé (MG). Realizou-se uma abordagem histórica para a compreensão do momento atual da comunidade local. Optou-se por este estudo de caso, devido a ter sido implementado de 1996 a 2001 um Projeto Piloto de Turismo Rural do Sebrae Minas neste município, cujo principal objetivo foi a geração de novos postos de trabalho através da atividade turística, possibilitando a

distribuição de riquezas, a melhoria da qualidade de vida da comunidade e o resgate de sua identidade cultural (TROPIA, 2003). Segundo Tropa (2003), a cidade de Maria da Fé foi escolhida pelo Sebrae para sediar este Projeto Piloto através da avaliação dos seguintes critérios:

ser uma cidade aberta a novas propostas para seu desenvolvimento; possuir um grande número de pequenas propriedades rurais; ter um potencial de atrativos naturais; existir um fluxo turístico devido ao clima; possuir lideranças articuladas e possuir um Conselho Municipal de Turismo atuante. (TROPIA, 2003)

Tropa (2003) avalia que a atuação do Sebrae Minas, ou seja, um agente articulador e facilitador foi extremamente importante para o desenvolvimento do turismo em Maria da Fé. Entretanto, esclarece que o desenvolvimento dos projetos é de responsabilidade do município e que as ações apenas se efetivam quando a “comunidade se coloca como agente principal do processo de desenvolvimento”. Em Maria da Fé, segundo a autora, teria havido esta participação. O trabalho de Tropa (2003) foi considerado ponto de partida desta dissertação, que levantou dados sobre a participação da comunidade no desenvolvimento do turismo em Maria da Fé pós-Sebrae. O foco da dissertação de Tropa (2003) não foi a questão da participação da comunidade e sim, o processo de implementação do Projeto Piloto. Já nesta dissertação, verificou-se o quanto efetivamente a comunidade se envolveu ou permanece envolvida, o que garantiria a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo local.

1.2. Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar possíveis fatores que vêm afetando a participação da comunidade de Maria da Fé no planejamento e desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar aspectos relevantes do município de Maria da Fé em termos de sua história, geografia, economia e população.
- Analisar o desenvolvimento do turismo no município, incluindo o papel do Estado, do Sebrae e da comunidade.
- Avaliar as percepções de lideranças comunitárias e de membros das associações locais sobre:
 - o a constituição da comunidade e elementos da identidade mariense;
 - o as experiências anteriores de associativismo;
 - o a participação da comunidade nos processos de mobilização para minimizar os problemas do turismo e potencializar os aspectos positivos, desenvolvendo a atividade no município e
 - o a ação de agentes “externos”, como o Sebrae Minas, no desenvolvimento turístico local.

Esta dissertação compreende seis capítulos. Neste primeiro, a Introdução, apresenta-se o tema e sua importância, a definição do problema e os objetivos. O segundo capítulo é o Referencial Teórico, que define conceitualmente os termos utilizados como desenvolvimento sustentável e participação, suas possibilidades e limites, bem como suas especificidades em relação ao turismo. A partir do referencial teórico, foram levantadas variáveis-chaves relacionadas à participação para serem avaliadas no processo de Maria da Fé.

O terceiro capítulo explicita e justifica a metodologia utilizada. Neste capítulo, mostra-se a relação dos objetivos específicos traçados no projeto com as categorias de análise propostas.

O quarto capítulo descreve o processo de implantação do Projeto Piloto de Turismo Rural no município e apresenta um quadro atual das ações desenvolvidas neste projeto. Os dados da pesquisa realizada com atores sociais que participaram da implementação deste Projeto Piloto e participam atualmente do desenvolvimento do turismo em Maria da Fé são apresentados no quinto capítulo.

O sexto capítulo retoma o problema central da pesquisa, qual seja, os fatores que afetam a participação da comunidade de Maria da Fé no planejamento e desenvolvimento sustentável do turismo, tecendo considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento está associado à idéia de progresso e crescimento econômico. Embora o desenvolvimento possa ser também social, cultural, artístico, e seja difícil desassociar os diversos desenvolvimentos em uma sociedade, foi assim que o desenvolvimento econômico foi construído e analisado desde a Revolução Industrial. Uma análise que reduziu desenvolvimento a crescimento, em detrimento de outras dimensões que não exclusivamente o tamanho da economia (DENARDI *et al*, 2000). Paulatinamente, a idéia de desenvolvimento foi incorporando aspectos ambientais e sociais, como emprego, saúde, educação e equidade.

O desenvolvimento econômico costuma ser medido pelas taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Furtado (1974 *apud* CAVALCANTI, 2001) chama o PIB de “vaca sagrada dos economistas” e alerta que não é qualquer taxa de crescimento que pode ser perseguida, “há que pensar-se antes naquilo que é (ecologicamente) sustentável, ou seja, possível, durável, realizável” (CAVALCANTI, 2001, p.3). Isto é melhor percebido depois da Rio-92 e do chamado Relatório Brundtland (WCED, 1987) e ainda difícil de realizar.

Existe hoje uma metodologia do sistema de contas nacionais, parte da agenda de um setor da ONU, que inclui cálculos ambientais que conduzem à contabilidade verde, ainda não amplamente usada. El Serafy (*apud* CAVALCANTI, 2001) diz que a venda de ativos não devia ser adicionada ao PIB, pois o país na verdade ficou mais pobre. A morte de peixes pelo despejo das indústrias em rios devia ser contemplada negativamente no PIB.

A extrema diversificação dos atuais padrões de consumo dos grupos privilegiados gera desperdício cada vez maior. A questão do desperdício já havia sido suscitada pelo relatório do

Clube de Roma, de 1972, “Limites ao Crescimento”, dizendo que tal estilo de vida tem um custo elevado de degradação do mundo físico e que a tentativa de generalizá-lo levaria ao colapso de toda uma civilização. Aos custos ecológicos crescentes se adicionariam elevados custos sociais omitidos pelo cálculo do PIB e da renda nacional. Furtado (*apud* CAVALCANTI, 2001) defende uma maior distribuição de renda para diminuir a introdução de novos produtos e difundir o uso dos já existentes, o que diminuiria o desperdício, pois evitaria o encurtamento da vida útil de bens.

Desenvolver-se, portanto, não é simplesmente crescer, mas distribuir renda, difundir qualidade de vida e mudar, principalmente, a cultura, que só visa aumentar a produtividade e o consumo, resultando em impactos no meio físico, na natureza e na sociedade, com o aumento do número de excluídos. Qual seria um novo modelo de desenvolvimento mais igualitário, com redução do desperdício, capaz de preservar o equilíbrio ecológico e respeitar a identidade cultural de todos os povos?

Coase (*apud* ABRAMOVAY, 2001) diz que as pessoas não detêm o conjunto de informações necessárias para consumir propiciando o desenvolvimento sustentável. Além disso, elas não escolhem baseadas somente em informações. Na vida em sociedade, as pessoas agem a partir de regras formais e informais, normas de comportamento, valores e controles sociais. Nos últimos vinte anos, houve uma aproximação entre a economia (e seu indivíduo livre, soberano em suas escolhas) e a sociologia (e seu conjunto de restrições sociais à ação individual). Isso mostrou a necessidade de construção de instituições para estabilizar o comportamento dos indivíduos.

Um trabalho da EMATER-Paraná (2000) que procurou avaliar os fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná reforça a importância da história e das instituições no desenvolvimento econômico. Dos municípios estudados, os mais avançados têm uma estrutura fundiária mais democrática, com maior porcentagem de

propriedades de médio porte e maior ênfase na abertura de espaços para a participação social na gestão pública. Nos mais atrasados, predomina o clientelismo, o assistencialismo e o paternalismo. Nos municípios mais desenvolvidos, os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural são mais consistentes, elaborados de forma mais participativa e por conselhos locais mais dinâmicos e não apenas instrumentos burocráticos para obtenção de recursos federais. Nos menos desenvolvidos, a assistência técnica aos agricultores é nula e os problemas de improbidade administrativa aparecem com maior frequência. E ainda, nos mais desenvolvidos, o êxodo rural é menor e há valorização do trabalho, cooperação e troca de informações.

Segundo Denardi *et al* (2000), o desenvolvimento sustentável busca conciliar desenvolvimento e preservação ambiental. O sistema das Nações Unidas define e avalia o desenvolvimento em função do alargamento das escolhas das pessoas ou expansão das capacidades que os indivíduos têm para efetivar seus objetivos. As liberdades reais de escolha só ocorrem com qualidade de vida: longevidade, conhecimento e padrão de vida. O padrão de vida é medido pelo PIB real *per capita*. Juntas estas medidas compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que quando medido no município é chamado IDH-M.

Estes autores indicam, então, que o processo de construção do novo projeto de desenvolvimento será regional ou local, mediante a combinação de políticas governamentais e iniciativas da sociedade (mais de âmbito municipal e intermunicipal). Citando Veiga (1997), afirmam que as regiões que melhor se desenvolvem são aquelas que fortalecem a organização social, aumentando a autonomia local na tomada de decisões, a capacidade de reter e reinvestir capitais, a inclusão social e a capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente; sendo mais relevantes que fatores naturais, físicos e até mesmo que a dotação dos indivíduos.

No Brasil, a tendência à valorização do local ganhou amparo legal com a Constituição Federal de 1988 e a aprovação de leis complementares que incentivam a descentralização, a

gestão e o controle social dos recursos públicos, como formas de alcançar o desenvolvimento local e a sustentabilidade. Recursos de políticas públicas só são liberados com a aprovação dos Conselhos Municipais, como os de saúde, de educação, de meio ambiente e de turismo, dentre outros. Outros são geridos pela população no orçamento participativo. Novas e velhas formas de organização local podem influenciar o processo (associações comunitárias, sindicatos, cooperativas e outros).

À dimensão territorial, Abramovay (2001) agrega o conceito de “capital social”: estabelecimento de relações de confiança e reciprocidade entre as instituições, aquisição de poder (*empowerment*), normas e cadeias relacionais. As cadeias relacionais devem permitir a cooperação, a representatividade e o envolvimento nas ações comuns. Elas diferem dos vínculos sociais verticais, que geram dependência e exploração. Essa cultura social ou desenvolvimento cultural é um pressuposto e não uma consequência do desenvolvimento. Para Putman (*apud* DENARDI *et al*, 2000), essa cultura está profundamente ligada à história e evolui muito lentamente.

O empoderamento (*empowerment*) é uma abordagem pela qual, segundo Romano (2002), pessoas, organizações e comunidades assumem o controle dos seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. A questão passa pela mudança das relações de poder: substituição do “poder sobre” pelos “poder para”, “poder com” e “poder de dentro”. O “poder sobre” é aquele em que uma pessoa ou um grupo controla as ações e possibilidades de outros e o ganho de uns representa a perda de outros. O “poder para” é a capacidade de criar possibilidades e agir. O “poder com” é o enfrentamento dos problemas de maneira coletiva pelo grupo. E o “poder de dentro”, a força de cada um, que passa pela auto-aceitação, auto-respeito e respeito e aceitação dos outros como iguais. Estes últimos não são finitos como o “poder sobre” e podem crescer com o seu exercício.

Para Romano (2002), o empoderamento pode iniciar-se com um catalisador externo, mas é realizado pelas próprias pessoas e organizações que mudam a si mesmas. Não há uma técnica ou metodologia, mas troca de experiências e construção de respostas conjuntas. Há, sim, que se analisar constantemente as relações de poder: atores envolvidos nessas relações, tipo e forma de poder, como se exerce a dominação, como se reproduz, formas de resistência, como a situação pode ser mudada e indicadores para a avaliação da mudança.

Iorio (2002) avalia que poucas intervenções alcançam sustentabilidade, porque não há mudança nas relações de poder. O grupo em processo de empoderamento não rompe com a condição de “beneficiário” para tornar-se um agente ativo do processo, proponente de políticas, de programas, e construtor de alianças. Um dos motivos apontados costuma ser a falta de condições materiais, mas o desenvolvimento não é resultado da mudança das condições materiais e sim das pessoas.

Maior auto-estima e auto-confiança, a transformação interna, o “poder para” e “de dentro” podem levar à conquista de recursos. Pressupõem a identidade cultural como alavanca do desenvolvimento. Entretanto, pode haver, segundo Gallichio (2002), uma identidade fragilizada, em crise ou em falta, ou ainda, uma identidade nostálgica, que impede de seguir adiante, gerando permanentemente obstáculos, uma vez que o passado é superior e o campo das representações está invadido pelo que se teve e perdeu, tornando difícil imaginar alternativas. A identidade deve reunir presente, passado e um projeto que valoriza inovação, trabalho e uma produção marcada pela diferença identitária.

Iorio (2002) coloca ainda que informações, promoção de capacidades analíticas e de planejamento são elementos fundamentais no processo de mudança pessoal para conquista e controle sobre si e sobre os meios necessários à realização de um projeto. A ênfase no local com visão global é estratégica para tirar o processo de sua condição localizada, dando maior visibilidade, o que aumenta a proteção do grupo contra a possível violência do Estado ou de

oligarquias e cria alianças com grupos de influência, inclusive para a obtenção de financiamentos. A cooperação internacional ajuda, mas desestimula contribuições de associados, gerando organizações fazedoras de projetos e criando outra forma de dependência (CORTA e RODRIGUEZ, 2002).

Não há uma única forma. O empoderamento, a luta por direitos e a mobilização social são algumas formas. Corta e Rodriguez (2002) dizem que a participação é o caminho do empoderamento.

2.2 Participação e co-responsabilidade

Na América Latina, diferentemente da América do Norte onde cidadãos foram em busca de uma terra para viver, governos vieram em busca de riquezas para explorar (TORO e WERNECK, 2004). A noção do que é público ainda está se construindo e isso gera confusão entre o que é público e o que é do governo. Espera-se que o governo cuide do que é de todos, quando todos deveriam cuidar, inclusive o governo. Não aceitar a responsabilidade pela realidade é desobrigar-se de transformá-la. A atitude decorrente desta visão é sempre o fatalismo ou a subserviência.

Na sociedade brasileira, uma cultura participativa vem sendo ampliada, pelo menos a partir da década de 80. Basta observar o surgimento de um maior número de associações, de movimentos populares e sociais, de ONG's e de formas de mobilização cívica institucional (as pastorais da Igreja Católica). Estas organizações dos setores civis vêm obtendo a preferência de organismos internacionais ou nacionais na captação de recursos para projetos de desenvolvimento social por seu caráter público não estatal. Assim, centenas ou milhares de indivíduos e grupos passam a se engajar nas movimentações por direitos, serviços, mudanças culturais e reconhecimento, criando redes de aprendizado político e de intercâmbio de experiências (OLIVEIRA, 2001).

Participar é associar-se pelo pensamento, pelo sentimento, pela decisão, pela execução e pela avaliação de resultados. A participação é um processo e um meio para realização de objetivos comuns. A participação pode ser mais ou menos abrangente e profunda. A abrangência diz respeito ao número de pessoas que participam. Todos os interessados de alguma forma nesses objetivos podem participar. E quanto mais abrangente for a participação, melhor. Pois o grupo, a comunidade ou a sociedade é democrático e produtivo quando todos podem fazer competir organizadamente seus interesses e projetar coletivamente novos futuros. É preciso acreditar que existe sempre alguma coisa que uma pessoa pode fazer para que os objetivos sejam alcançados (TORO e WERNECK, 2004).

A profundidade diz respeito a níveis de participação relativos às ações de pensar, sentir, decidir, agir e avaliar. O nível de participação se aprofunda na medida em que a pessoa passa a ser capaz de criticar, completar, mudar, propor alternativas, construir e estimular a construção do conhecimento produzido. Este é o nível da co-responsabilidade. A participação mais superficial é aquela em que a pessoa não se sente capaz de discutir e acaba sendo usada apenas para legitimar uma decisão já construída por outro(s). A participação não deve ser uma oportunidade de conseguir pessoas para ajudar a viabilizar sonhos individuais ou particulares, mas sonhos construídos juntos.

A participação começa com a mobilização. “Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (TORO e WERNECK, 2004, p.13). Quando se fala de interpretações e sentidos compartilhados, reconhece-se a mobilização social como um ato de comunicação no seu sentido mais amplo, de compartilhar discurso, visões e informações.

Um processo de mobilização social tem início quando uma pessoa, um grupo ou uma instituição, chamado por Toro e Werneck (2004) de Produtor Social, decide compartilhar um imaginário e o esforço de alcançá-lo. O imaginário é um horizonte atrativo, que deve

expressar a finalidade da mobilização e tocar a emoção das pessoas. A razão controla, a paixão move. É importante que este propósito reflita um consenso coletivo, uma escolha e um interesse compartilhado, independente do nome que se dê a ele: meta, missão, visão, estatuto, ata, convênio, pacto...

O Produtor Social é capaz de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra. O importante é que ao fazê-lo, cuide para que os valores de participação, democracia, cidadania e de ser “público” sejam mantidos, pois é o que lhe dará legitimidade e credibilidade. É difícil que ele as consiga no primeiro momento e, ao longo do processo, essas podem crescer ou diminuir. Ele não deve ser visto como o dono, mas o precursor do movimento. Para isto, ele precisa respeitar e confiar na capacidade das pessoas de decidirem e agirem coletivamente. Só assim elas se sentirão seguras e dispostas a decidir e agir por conta própria. A democracia e a produtividade estão relacionadas com mentalidades pró-ativas e esta mentalidade não é natural, ela precisa ser educada e passar de uma ordem recebida para uma ordem produzida. O exercício da criatividade e da proposição de soluções faz parte desta aprendizagem.

Para que as pessoas participem efetivamente, precisam ter informações claras e reconhecimento e valorização da sua forma de ser e de pensar. No início, as pessoas podem ter maior dificuldade de responder à pergunta sobre “como eu posso participar” no que faço cotidianamente. Um repertório de sugestões claras, abertas e estimulantes pode ser indicado. Só depois de participar de uma atividade conjunta, a pessoa estará mais disposta e segura a outras ações. A atividade clareia os objetivos, dá visibilidade aos primeiros resultados e posiciona a mobilização como um movimento de ação e não de reivindicação ou denúncia. Entretanto, em um segundo momento, as pessoas precisam descobrir e inventar novas formas para não se acomodarem ou se sentirem manipuladas.

Não se trata de “conscientizar” no sentido de dizer “pense como eu”, “avalie como eu avalio”. Dados, experiências, estatísticas em informação pública serão trabalhados para um diagnóstico pró-ativo, que aponte dificuldades e sinalize alternativas. O processo de (in)formar deve ser dialógico, libertador e educativo. Dialógico, na medida em que não é a transferência do saber, mas um encontro de interlocutores para construção deste saber. Libertador, já que não reduz o outro a um recipiente receptor, mas tenta problematizar um conhecimento sobre uma realidade para melhor explicá-la e transformá-la. E educativo porque “aprender é mudar o repertório e as atitudes” e o objetivo desta comunicação é fazer pensar, posicionar-se e agir. Esta aprendizagem será estimulada por um planejamento que estabelece “lugares” e procura sistematizar o processo. O excessivo planejamento, por outro lado, pode acarretar a cristalização do movimento, institucionalizando-o e burocratizando-o (HENRIQUES et al, 2002).

A mobilização é mantida pela comunicação entre uma rede de reeditores. Reeditor é uma pessoa, que, por seu papel social, ocupação ou trabalho, readequa mensagens, com credibilidade e legitimidade, para um público próprio. Educadores, um pároco, um gerente, um líder comunitário são reeditores potenciais, pessoas que podem introduzir, modificar ou negar mensagens em seu campo de atuação. O reeditor não reproduz conteúdos o mais próximo possível da forma como os recebeu, mas os interpreta e os amplia para adequá-los ao seu público. A qualidade do seu trabalho não está na fidelidade ao conteúdo original, mas no enriquecimento da mensagem, na sua adequação, através do uso de códigos, valores e experiências próprias daquele grupo. Ele não é um militante que crê em conversão. Ele crê no convencimento e reforça o conceito de democracia e de cidadania.

Os reeditores precisam ser localizados, no tempo e no espaço, pelo produtor social para fazer com que chegue até eles as mensagens e os instrumentos para atuação. Dentro dos limites do bom senso, é melhor pecar pelo excesso e identificar o maior número de reeditores

possível. Alguém não convidado na primeira hora pode sentir-se excluído e depois ficar relutante em participar, quando não criar justificativas que criem uma imagem de que é um movimento de alguém, ou outras. Alcançar os meios de comunicação de massa é importante para alcançar tanto o reeditor quanto a opinião pública.

A coletivização é o sentimento e a certeza de que aquilo que eu faço está sendo feito por outros da minha mesma categoria em outros campos de atuação, com os mesmos propósitos e objetivos. A comunicação é importante instrumento de coletivização, mas não é o único. Símbolos, como camisetas, *botons*, adesivos, fazem com que a comunidade identifique os participantes como pertencentes a um grupo maior, o que legitima a sua ação e lhes confere um reconhecimento social. O resultado da coletivização é que as pessoas formem opiniões próprias, se disponham a agir e ajam. E mais, que se sintam donas dessa informação e a repassem, a utilizem e se tornem fontes de novas informações. Para o sucesso da mobilização, é preciso que todos que dela participam tenham um comportamento comunicativo; tenham interesse e disposição para consumir e fornecer informações.

Um processo de mobilização requer critérios e indicadores que permitam a cada pessoa saber se seu campo de ação do movimento está mudando na direção desejada. Critérios e indicadores devem ser discutidos e definidos de uma forma democrática, evitando privilegiar um ou outro aspecto isolado. A informação de resultados deve ser divulgada entre os participantes e a sociedade em geral. Esta divulgação é importante para manter o entusiasmo dos participantes (pois reforça a identidade do grupo para si e em relação aos “outros”); estimular outros a participarem e argumentar junto a possíveis financiadores.

A maioria dos problemas e dificuldades que surgem no decorrer de um processo de mobilização têm uma causa comum: uma pessoa ou um grupo está querendo dominar o movimento, está assumindo a definição de seus rumos, está se tornando ou se sentindo “dono”, com mais autoridade do que os outros. A solução nestes casos não é contrapor uma

outra autoridade, mas ampliar mais ainda o acesso à participação, chamar mais gente, abrir mais o leque das alternativas de ações. Quanto mais o movimento for de todos e de muitos, menos espaço sobra para a ação de quem quer se apropriar dele.

Depois que as pessoas descobrem a sua capacidade de agir, podem querer ampliar o que o produtor social definiu como objetivo do processo e questionar a atuação dele. Paradoxalmente, este é um problema e é um dos sinais de sucesso do processo de mobilização. A regra é negociar e incorporar o que for razoável. O critério é avaliar em que medida as propostas contribuem para os objetivos e evitar que o movimento se distancie dos resultados pretendidos.

Outro problema é a resistência que a participação de pessoas diferentes desperta nos especialistas. É importante respeitar a dificuldade destes em aceitar os outros. São eles que vão continuar atuando na área. O melhor é não discutir com eles aspectos técnicos, mas mostrar-lhes que o movimento não é uma ameaça, mas uma oportunidade de ter sua atuação ampliada, valorizada e principalmente efetivada. Pois sozinhos, mesmo sabendo, não teriam como alcançar os resultados necessários.

A entrada de novos participantes é natural, como a saída de outros. A mobilização é um movimento livre. Toda “deserção” é ruim e deve ser evitada, mas respeitada e aceita, o que evita que se torne um problema e faz com que a porta fique aberta para um possível retorno, sem enfrentamentos e inimizades.

Boechat, Miraglia e Werneck (2005, p.48), ao avaliar uma experiência de planejamento municipal para o desenvolvimento local de um município, dizem que algumas pessoas saíram, porque tinham interesses individuais e “quando perceberam que não iam conseguir o que queriam, desistiram”. Entretanto, interesses individuais e coletivos não são incompatíveis. Rabelo e Suzina (2005) identificaram na participação voluntária da Pastoral da Criança recompensas que podem vir ao encontro de alguns interesses individuais legítimos:

1. pessoal/auto-estima: capacitação, ampliação do poder de atuação em outros campos e canais de relacionamento com os demais membros da comunidade;
2. comunitária/cultural/política: resgate de valores tradicionais da comunidade;
3. sócio-econômica: participação em outros projetos de aprendizado e geração de renda, que podem melhorar sua qualidade de vida;
4. profissional: além da capacitação, tornar-se referência.

Rabelo e Suzina (2005) não citam a recompensa financeira, porque, no caso, a participação é voluntária e não implica remuneração. Em projetos de desenvolvimento com base comunitária, a recompensa pode ser também financeira.

As quatro dimensões básicas do processo de mobilização social - o imaginário, o campo de atuação, a coletivização e o acompanhamento - devem ser construídas e operadas simultaneamente. Oferecer só o imaginário é demagógico ou gera angústia nas pessoas; só as atuações e decisões, sem imaginário, conduzem a ativismos passageiros ou movimentos sem rumo; se não há coletivização ou acompanhamento por indicadores, se produz o desinteresse.

2.3 Turismo sustentável e participação da comunidade

Dann (2002) discute a agenda para o futuro do desenvolvimento do turismo, destacando a abordagem do “trabalho aberto”. Uma das estratégias desta abordagem começa por negar uma postura tradicional. O exemplo citado é justamente relativo à comunidade, na medida em que rejeita a postura do impacto de uma cultura externa (superior) ou de outra interna (variedade subordinada). Nesse sentido, coloca a comunidade em condições de participar mais democraticamente do processo de tomada de decisões quanto ao turismo em sua localidade.

Hawkins (*apud* DANN, 2002) indica três questões de pesquisa para assessorar governos, praticantes e comunidades no desenvolvimento do turismo: medidas para que o

desenvolvimento do turismo se dê em harmonia com objetivos sócio-culturais, ecológicos e históricos da comunidade local; busca de abordagens criativas para promover a participação nos benefícios gerados e compreensão da percepção, valores e prioridades dos residentes a respeito do papel desempenhado pelo turismo na comunidade. O autor destaca que o uso da palavra harmonia na primeira questão proposta implica em conflito e uma perspectiva de consenso, que seria alcançado com a participação da comunidade.

Estudos procuram relacionar percepções dos impactos e diversos aspectos. A relação entre conhecimento do turismo e visão que se tem do turismo é bastante relevante para uma possível compreensão da participação da comunidade no seu desenvolvimento. Pearce e Moscardo (2002) dizem que não são os impactos turísticos que fazem as pessoas terem atitudes em relação à atividade, mas a visão das pessoas sobre o turismo é que afeta a percepção e reação a esse, tornando os impactos “positivos” ou “negativos”. Esta abordagem devolve poder e responsabilidade para a comunidade.

Antes da visão que se tem do turismo, a participação se relaciona com a visão que se tem de si mesmo, da comunidade e do local, ou seja, com a questão da cultura e da identidade. Segundo Geertz (1989), a idéia de cultura respondeu a princípio a tantas questões das ciências sociais, que se tornou pouco delimitada, como “o todo mais complexo” de Tylor (*apud* GEERTZ, 1989). Para a maior parte dos autores, a cultura é a soma de todas as criações humanas, divididas em cultura material (artefatos criados pelo homem) e não-material (ligada à dimensão das idéias e modos de comportamento). Geertz (1989) procura limitar o conceito de cultura como a teia de significados tecida pelos homens, um sistema de signos interpretáveis, dentro do qual se pode entender as ações e descrevê-las com densidade. Um mesmo fato observado pode ter diferentes significados, motivações, intenções e estes nos levam à compreensão da realidade passada e das realidades que estão por vir. A interpretação

de uma cultura é tanto melhor, quanto mais essa sobrevive ou é capaz de explicar novos fenômenos sociais. O que não significa que a cultura seja estática ou unitária.

O processo de significação, de construção cultural, é dinâmico e está em constante transformação. Os homens constroem e reconstróem a cultura (a significação do seu pensar, sentir e agir), procurando integrar inovações num todo coerente (RODRIGUES, 1994). As “inovações” podem surgir devido a interferências externas ou internas, devido a conflitos, desigualdades, contradições e relações de poder entre grupos dentro de uma sociedade. A existência de grupos com diferentes visões de mundo reforça a questão discutida por Caldeira (1988) de que não se pode falar na cultura de um povo de forma genérica. Cultura não é uma totalidade autônoma e integrada e sua apreensão se dá em uma dimensão dialógica. Em cada sociedade, há culturas ou muitas vozes, muitas perspectivas, além dos limites da perspectiva do próprio pesquisador, que terá uma experiência pessoal possível dessa(s) cultura(s). Nesta perspectiva, segundo Caldeira (1988), a cultura pode ser melhor compreendida como inscrição de processo comunicativo entre sujeitos em relação de poder.

Quanto à identidade, por um lado, os residentes, especialmente os nativos, podem se sentir inferiores, tentar explorar os visitantes, ou querer ser como eles. Por outro lado, podem começar a perceber que coisas que parecem óbvias impressionam os visitantes, sentir orgulho e aumentar a auto-estima. Esse processo de construção e fortalecimento da identidade local propiciará a participação. A identidade é a distinção entre o “nós” e “eles”, entre os residentes e os turistas. Identidade e participação são o resultado de um processo relacional com outras identidades, marcando a diferença (OLIVEIRA, 2001).

Identidades coletivas são formadas pela história, geografia, biologia, instituições, fantasias pessoais, aparatos de poder e revelações de cunho religioso (CASTELLS, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2001). Para que a participação seja viável, deve ocorrer a valorização das culturas, saberes e diversidades, ou seja, o fortalecimento da identidade. A participação não é

portanto só um meio, mas também um fim, no sentido de valorizar saberes locais. E a comunidade não se refere apenas a um espaço geográfico, mas à união, à criação de laços sociais para alcançar objetivos comuns (RANAURO, 2004). Enriquez (2001) fala de um imaginário social comum, como aquilo que somos, ou melhor, idealizamos ser (mais belos e puros) e que traz o sentimento de sermos irmãos e formarmos uma comunidade de iguais, diferente do que é exterior.

Para Wahab e Pigram (*apud* BUTLER, 2002), sustentação é um conceito integrador. Integrar seria introduzir o turismo, mesclando os elementos existentes de forma harmoniosa e adequada, que resulte em uma comunidade aceitável e funcionalmente ideal em termos ecológicos e humanos. Os patrocinadores da Agenda 21 indicam que o desenvolvimento do turismo deve seguir os princípios do desenvolvimento sustentável, integrando turismo e outros processos e atividades nas áreas de destino. A integração ideal do desenvolvimento do turismo deve tornar o desenvolvimento mais aceitável para residentes, empreendedores e turistas. Esta integração pode evitar problemas futuros, como competição e conflito.

Butler (2002) aponta os fatores que dificultam a integração. Em relação às prioridades, o turismo pode entrar em competição com atividades tradicionais que estão intrincadas com padrões culturais e comportamentais. O controle fora da comunidade pode tornar a aceitação mais problemática por falta de consideração das preferências, padrões e prioridades locais. Operações pequenas, como a provisão de acomodações em residências privadas (WALL e LONG, 1995 *apud* BUTLER, 2002), são mais fáceis de serem integradas que imensos complexos, muitas vezes de propriedade de não locais.

Em relação ao estágio ou velocidade de desenvolvimento, Butler (2002) considera que comunidades maduras, complexas ou sofisticadas economicamente absorvem melhor os impactos econômicos do turismo do que economias mais básicas. Isto porque as comunidades mais complexas dependem menos da atividade. O turismo pode gerar desde apoio entusiasta

até antagonismo radical. Existem pontos de vista contrários em qualquer momento. É preciso existir práticas que determinem as opiniões da comunidade em cada momento para decidir que escala de desenvolvimento pode ser acomodada.

Butler (2002) coloca ainda que para cada tipo de turismo pode haver uma forma de integração diferente. Quanto mais dinâmico e rápido o desenvolvimento turístico, mais difícil de ser integrado, porque o tempo disponível para consultar a comunidade e fazer o estudo dos processos ecológicos no destino fica reduzido. Os próprios agentes da mudança mudam. Benefícios e custos devem caber aos mesmos atores e não uns ficarem com os benefícios e outros com os custos. A participação é fundamental para superar problemas de tomada de decisão centralizada e da desigualdade na alocação dos benefícios do desenvolvimento.

Butler (2002) adaptou tipologias de Arnstein (1969) e Pretty (1995) para os níveis de participação e de poder de tomada de decisões investidos nas comunidades envolvidas:

1. Imposição: normalmente controlado e financiado de fora da comunidade e tem apoio externo e de altos níveis do governo;
2. Petição: a comunidade é chamada a dar opiniões e fazer comentários quando a maioria das decisões já foi tomada;
3. Assessoramento: assessoramento local sobre projeto, locação e operação, mas a decisão final permanece vinda de fora;
4. Representação: direito formal a planejar e operar o desenvolvimento, evitando conflitos e incompatibilidades e
5. Igualdade: as tomadas de decisão ficam a cargo das comunidades e da fonte do desenvolvimento.

Problemas para o baixo envolvimento da comunidade são a falta de igualdade, de vontade, de apreciação, de mecanismos de integração e de dados e conhecimento. As comunidades não têm o mesmo poder que altas autoridades. Quanto mais o turismo estiver

integrado em níveis nacionais e regionais, “ele na verdade torna-se imposto no nível local”. A igualdade às vezes é alcançada devido a atributos geográficos, tempo e contribuição de indivíduos-chave (BUTLER, 2002).

A falta de vontade diz respeito à necessidade de tempo, dinheiro e compromissos consistentes para alcançar a integração. Representantes eleitos têm visão relativamente curta, em geral, só até a próxima eleição. É necessário envolvimento desde a proposta inicial até a operação. A prioridade das autoridades costuma mudar terminado o desenvolvimento.

A falta de apreciação relaciona-se com a idéia de que o turismo se compatibilizará automaticamente com as atividades existentes, por exemplo: os fazendeiros e os pescadores locais fornecerão alimentos aos hotéis, sendo que muitas cadeias de hotéis preferem comprar em grandes quantidades de fornecedores externos, para garantir a confiabilidade e a consistência do fornecimento e da qualidade, e que muitos turistas demandam alimentos que não são produzidos localmente. Substitui-se muitas vezes uma monocultura frágil por outra mais forte e dominante: o turismo. O desenvolvimento do turismo deve ser mais abrangente para o desenvolvimento de negócios não turísticos.

Por ser fragmentado e complexo, há dificuldade de se encontrar mecanismos para integrar e regulamentar o turismo. Assim, o turismo não se integrará efetivamente dentro dos princípios de igualdade, nem mesmo no estágio de planejamento, quanto mais nos estágios operacionais do desenvolvimento. Falta conhecimento sobre a forma pela qual o turismo provoca impactos sobre outras atividades. Monitorar a mudança é caro e consome tempo. A integração completa do desenvolvimento do turismo não é concluída em muitas comunidades. Poder-se-ia falar ainda na falta de conhecimento da comunidade sobre o turismo, o que requer um processo de educação.

Katrina Brandon (1999) fala das questões cruciais para estimular a participação da comunidade, as etapas do processo e outros problemas. Com a participação, as pessoas

adquirem controle de suas próprias vidas, passam de agentes passivos a agentes sociais que gerenciam os recursos e tomam decisões. A perspectiva participativa difere da abordagem beneficiária. Em um projeto de turismo, por exemplo, gerar empregos para a população local não envolve necessariamente as pessoas. A comunidade local deve ter voz ativa na tomada de decisões. Poucos projetos são verdadeiramente participativos, ou seja, seus processos levam as comunidades a controlarem seu crescimento.

“A verdadeira participação começa com acesso à informação” (JOHNSON, 1990 *apud* BRANDON, 1999, p.236). Informação sobre a comunidade e suas preferências é a base para o desenvolvimento de um plano turístico bem elaborado. Durante esta etapa é possível identificar líderes comunitários, organizações locais, questões que a comunidade considera prioritárias, idéias, expectativas e inquietações em relação ao turismo. Informações podem ser coletadas da comunidade e pela comunidade. A população pode participar da coleta de informações, de consultas, de processos de decisões e das fases de implementação e avaliação. As informações coletadas devem ser discutidas com a própria comunidade, junto com pesquisas de mercado e planos do governo para a área. Isso dá consistência ao plano maior e pode levar à implementação.

O próximo passo seria a criação de investidores de risco. Para que os proprietários invistam em melhorias de suas instalações, deve-se oferecer treinamento e assistência técnica. O investimento precisa ser de longo prazo. Brandon (1999) cita como exemplo o caso das borboletas Monarcas, no México, onde os homens trabalhavam como guias e as mulheres vendiam comida. Isso não requer investimento de longo prazo. As comunidades precisam entrar com trabalho, dinheiro e outros recursos.

Para diminuir a degradação, o turismo deveria propiciar benefícios que incentivassem as pessoas a substituir práticas destrutivas por práticas mais adequadas. É preciso haver vínculo entre benefício e proteção. A autora cita um caso em que os proprietários de pousadas

cortavam árvores para fornecer calefação e água quente para os hóspedes. Reuniram-se os proprietários e decidiu-se exigir das expedições de *trekking* que trouxessem o próprio querosene. Foram oferecidas informações técnicas sobre instalação de painéis solares e reciclagem de água quente usada para a cocção de alimentos. Os proprietários custearam as melhorias. Isto é investir a longo prazo e correr riscos.

Seria indicado o envolvimento do máximo de pessoas possível, na maior variedade de atividades, desde as decisões até os benefícios, que podem ser múltiplos: participação nos lucros, educação e empregos. Nem todos serão beneficiados diretamente. Deve haver uma mescla entre benefícios individuais e comunitários. É melhor, por exemplo, que haja um hotel ou restaurante dirigido pela comunidade, com participação parcial nos lucros, ou é melhor para as pessoas da comunidade instalarem pousadas e restaurantes individualmente? A competição entre proprietários individuais vai enfraquecer o processo de decisão em grupo e sua capacidade administrativa? No caso do artesanato, há o mesmo questionamento sobre o tipo de organização mais adequada, se a individual ou a coletiva. Há demanda turística suficiente para justificar investimentos múltiplos de muitas pessoas?

Cabe ainda avaliar se alguns permanecerão por muito tempo em posições subalternas, sem novas oportunidades, ou se, com a ampla distribuição, as pessoas vão receber tão pouco que não vale a pena envolvê-las ou se, por outro lado, os benefícios forem distribuídos entre poucos, isto será um incentivo para que outros participem ou excluirá muita gente e levará ao ressentimento e à distribuição desigual de renda.

Estas questões também deverão ser discutidas em assembléias comunitárias, mas estas geralmente não contam com a participação efetiva da comunidade. Há que se identificar líderes. Esses irão ajudar a convocar a população local. Não é fácil identificar e trabalhar com os líderes comunitários. Há os líderes formais, como prefeitos, representantes de igrejas, pajés ou professores. Há os líderes informais (formadores de opiniões): sabem tudo sobre a

comunidade, são consultados em assuntos específicos. Há mais líderes informais que formais. Há também líderes ocultos: pessoas poderosas que controlam o acesso da comunidade a recursos financeiros e outros tipos de recursos. Quanto maior o número de líderes envolvidos, melhor o planejamento e a execução. Uns são bons para desenvolver projetos, outros para conseguir adesão das pessoas. Com a participação dos líderes, o projeto começa a pertencer à comunidade. Cada um deles representará uma camada ou grupo diferente. Isso diminui a oposição. As pessoas que estão planejando o projeto e não pertencem à comunidade precisam garantir voz a quem não está geralmente representado, como mulheres e crianças.

Os líderes podem não querer trabalhar juntos ou reunir-se por problemas de rixas. Líderes poderosos podem ser contra a participação que questiona o *status quo*, a liderança deles. Isto deve ser levado em conta no planejamento e implicar participação em diferentes fases e itens do projeto. Pessoas dispostas a promover mudanças e arriscar são, em geral, mais jovens, têm maior grau de instrução e contatos fora da região. Pessoas que dão credibilidade ao projeto tendem a ser mais velhas e respeitadas, e têm melhor posição social e econômica. Pessoas que efetivamente implementam projetos são, em geral, de meia-idade, e têm vínculo estreito com a comunidade (ST. JULIEN, 1989 *apud* BRANDON, 1999).

Há duas formas de organizar e manter a participação da comunidade: agentes de mudança, pessoas de fora da área em questão e criação de instituições ligadas ao turismo. Pessoas de fora da comunidade, da região ou do país são, com frequência, a maneira mais rápida de modificar idéias e tecnologias locais e introduzir novas atividades nas comunidades. Organizações formais ou informais são geralmente associações para o desenvolvimento local, cooperativas e associações por interesses. Podem ser excelente base para as atividades de turismo. As cooperativas solicitam das pessoas um bem comum (trabalho, dinheiro ou colheitas) e oferecem algum benefício para seus membros.

A participação por instituições ou organizações tende a ser mais eficiente e sustentável do que a participação individual (UPHOFF, 1987 *apud* BRANDON, 1999). As instituições locais podem funcionar como agentes e envolver as pessoas em projetos de turismo, podem ligar comunidade/órgãos externos, como organizações governamentais, organizações não-governamentais ou grupos turísticos. Elas podem não estar preparadas para planejar, orçar, fazer contabilidade e avaliar e terão que ser orientadas e treinadas. Fortalecer instituições locais, com certeza, leva mais tempo do que trabalhar com agentes de mudança. Os agentes de mudança podem trabalhar com as instituições locais que trabalharão com seus membros no treinamento e processo de decisões. Essa forma combinada é uma das melhores maneiras de garantir o sucesso a curto e a longo prazo. Trabalhando com as organizações existentes é mais fácil conseguir adesão e implementar projetos. Os encontros podem ser com cada um dos grupos, inicialmente, e depois mais amplos.

A participação local é um processo trabalhoso e lento, requer tempo e às vezes há necessidade premente de atrair turistas ou limitar seu acesso. Falta de educação e de recursos financeiros são outros limites à participação. Estruturas de poder podem inibir a participação de um maior número de pessoas e dificultar o acesso de outras. Grupos não dispostos a se reunirem dificultam o consenso sobre a melhor atividade a desenvolver. A cooperação entre comunidade, ONG's, governo e setor privado é necessária para que os objetivos sejam alcançados.

Monitoramento e avaliação, de maneira geral, não recebem atenção. Quando fazem parte do processo, é necessário equilibrar metas de curto e longo prazo à medida que o projeto se desenvolve. Mudanças estruturais podem requerer um tempo considerável antes que resultados positivos possam ser claramente identificados, mas podem ser imprescindíveis para o sucesso a longo prazo. A geração de benefícios a curto prazo pode ser essencial para dar

credibilidade, por fim à desconfiança e ceticismo da população e também viabilizar financeiramente o projeto.

Estabelecer objetivos e indicadores é necessário para avaliar o impacto e os resultados. Projetos cuja orientação é beneficiária geralmente determinam suas metas em termos de indicadores que podem ser facilmente observados, tais como níveis de renda, número de empregados, quantidade de artesanato vendido. Estes fatores podem ser importantes, mas não são suficientes. Projetos de turismo com orientação participativa também estão interessados em alcançar estas metas; entretanto, seu principal objetivo é criar um processo que leve a uma mudança sustentável. Neste caso, a mudança seria da cultura de transferência de responsabilidades e do aprendizado de processo de tomada de decisões e de trabalho coletivos.

2.4 O papel do governo

Cabe um questionamento sobre o papel do governo no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo, uma vez que este é o primeiro ator para o qual se transfere a responsabilidade por erros, fracassos e falta de planejamento. O papel do governo varia de acordo com a sua natureza que, segundo Silva (2000), pode ser protetora, benfeitora, desenvolvimentista ou totalitária. O governo protetor preserva interesses diversos e da ordem, através da legislação, forças armadas e justiça. O benfeitor proporciona serviços públicos que a iniciativa privada não provê e assume serviços estratégicos, como água, petróleo e energia elétrica. O governo desenvolvimentista participa da esfera produtiva e na comercialização para regulação do mercado. O governo totalitário assume todas as tarefas produtivas. A questão é qual Estado se deseja. O desejo da população pode oscilar entre um Estado protetor e totalitário, de acordo com interesses e situações momentâneas.

No caso do turismo, o Estado deveria “identificar e canalizar os distintos interesses envolvidos, mantendo, porém, como suas principais preocupações: o desenvolvimento sócio-cultural da população, a melhoria de sua qualidade de vida e a proteção ao meio ambiente” (SILVA, 2000, p.14). Hall (2001), entretanto, alerta que, nas democracias, ao se votar e eleger um governante, escolhe-se um projeto de desenvolvimento que é de um grupo e não de toda a comunidade e está limitado e dominado por um determinado interesse. Volta-se à questão das comunidades, dos grupos estarem organizados e mobilizados para fazer competir e/ou convergir seus interesses, ampliando, inclusive os espaços de participação junto ao governo, como os conselhos municipais e o orçamento participativo.

Palomo (1985 *apud* SILVA, 2000) tenta definir as ações que seriam de execução restrita dos entes públicos, as reservadas à iniciativa privada e as que exigem colaboração e atuação mútuas para o desenvolvimento do turismo. As ações restritas ao Estado seriam as de infra-estrutura, como construção e modernização de estradas, aeroportos e portos; policiamento; regulamentos; informações e políticas de uso e ocupação do solo e planejamento territorial. As informações estatísticas são de extrema importância para orientar as políticas públicas. As ações da iniciativa privada seriam a exploração das empresas de alojamento, de animação e recreação, de transporte, de restaurante e serviços complementares, devidamente regulamentadas. E as ações que exigem colaboração e atuação mútuas seriam as de promoção e publicidade, levantamento de possibilidades de desenvolvimento turístico, obras de melhoramento de acesso a instalações turísticas privadas e de infra-estrutura geral, estudos de comportamento do mercado e planejamento e gestão do desenvolvimento turístico sustentado.

Ao realizar esta revisão teórica, buscando a definição dos conceitos trabalhados, destacam-se as variáveis ou categorias de análise, como os possíveis fatores que afetam a participação da comunidade no desenvolvimento sustentável, no caso, do turismo em Maria

da Fé: cultura e identidade local, visão do turismo e do papel do Estado, processo de participação e ação dos agentes externos. A cultura é o primeiro item a ser destacado. Uma cultura que só valoriza a produtividade e o consumo não se comprometerá com um desenvolvimento mais igualitário e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. Cada um se limitará a pensar no próprio ganho. Embora não se tenha optado por trabalhar a cultura como uma categoria de análise isolada, indicações sobre a cultura mariense perpassam outras categorias de análise, como visão do turismo, visão do papel do Estado e, principalmente, elementos da identidade local.

A identidade local é considerada, tanto por autores que discutem empoderamento, quanto por aqueles que discutem mobilização social, como alavanca do desenvolvimento, na medida em que, pela valorização dos saberes, aumenta-se a auto-estima e a auto-confiança. O processo de fortalecimento da identidade local propicia a participação.

A visão que se tem do turismo leva as pessoas a terem determinadas atitudes em relação à atividade, inclusive a de participar ou não do processo de desenvolvimento desta. A visão do papel do Estado é também importante fator de participação ou não. Quando acredita-se que o Estado é o único responsável por cuidar do que é público, espera-se que o governo assim o faça e a participação é, no máximo, a de reclamar ou reivindicar. Quando acredita-se que todos devem cuidar do que é de todos, inclusive o governo, assume-se maior responsabilidade pela realidade e sua transformação.

O processo de participação começa pela clareza quanto a um objetivo maior e comum; passa por agir e criar ações alternativas, informando-se, construindo conhecimento e comunicando; e necessita de indicadores, que permitam avaliar se as ações estão mudando a realidade na direção desejada. Agentes internos e externos podem dar início ao processo, oferecendo o objetivo e informações e sugerindo ações. Entretanto, a participação apenas se consolida quando pode prescindir de um agente especificamente.

3 METODOLOGIA

Segundo Minayo (1993, p.22), “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”. Ao adotar esta definição de metodologia, a pesquisadora já explicita seus pressupostos metodológicos. O referencial teórico orienta a busca de dados e representa uma escolha da pesquisadora. Por exemplo, Hughes (1983) discute o conflito das ciências sociais entre as determinações sociais, como educação, personalidade e situação e o livre-arbítrio. Quando acredita-se no livre-arbítrio, as pessoas são consideradas responsáveis pelo que fazem. Já se o que fazem é determinado externamente, as pessoas são vítimas. Não se nega aqui a força da coersão social ou determinações sociais, mas acredita-se que a realidade é histórica, dinâmica, mutável e que as mudanças não acontecem somente através de grandes revoluções estruturais, como se essas fossem externas aos sujeitos. Acredita-se que as mudanças ocorrem cotidianamente a partir das ações dos sujeitos e dos grupos. As ações são baseadas nos sentidos, significados, que os homens dão às coisas, aos acontecimentos (HAGUETTE, 1987). A fala é expressão do que se pensa, a racionalização, o reportável da ação e faz parte da construção e da própria realidade.

Estes pressupostos metodológicos tornam justificável uma abordagem qualitativa, que seria a mais apropriada para aprofundar um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser. A técnica escolhida foi a da entrevista em profundidade. A entrevista é um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 1987, p. 86). A partir deste diálogo entre pesquisador e informantes, procura-se, segundo Debert (1986), evitar-se ou diminuir a imposição de uma teoria exterior aos pesquisados e ver outras dimensões do problema. Na pesquisa quantitativa, que também pode ser feita a partir de

entrevistas, impõe-se mais freqüentemente aos pesquisados as opiniões do pesquisador sobre os significados dos processos e seus pontos fundamentais.

Os limites da entrevista em profundidade e outras metodologias qualitativas são, dentre outros, a dificuldade de generalização e o maior grau de subjetividade dos entrevistados e do pesquisador na interpretação dos dados. Debert (1986) diz que, embora não sejam possíveis as generalizações, acontecem as “contrageneralizações”, que são refinamentos ou relativização de grandes conceitos e modelos explicativos das ciências sociais. Quanto à subjetividade dos entrevistados, o que interessa “não são apenas os fatos passados, mas a forma como a memória popular é construída e reconstruída como parte da consciência contemporânea” (DEBERT, 1986, p. 151) e indica tendências de ações.

Em relação à subjetividade do pesquisador, Debert (1986) questiona se ele está procurando desvendar a ideologia de um discurso ou se está fazendo uma leitura ideológica deste, sendo esta uma das leituras possíveis. Embora, considere que a objetividade e a neutralidade sejam inatingíveis, estas são uma busca nas pesquisas científicas. Esta busca se dá, na técnica da entrevista em profundidade, na escolha de informantes que tomaram posições distintas frente a um acontecimento, ou seja, na contraposição entre os relatos, procurando entendê-los e montar um quadro minimamente coerente e no uso sistemático de outras fontes, como documentos, para analisar a consistência das informações.

A objetividade está, segundo Martins (2004), nos critérios definidos e explicitados pelo pesquisador e na solidez dos laços entre as teorias escolhidas e os dados empíricos. A capacidade analítica do pesquisador passa por sua formação teórica, experiência, imaginação e intuição. Chega-se aqui ao potencial criativo citado por Minayo (1993) como parte da metodologia, juntamente com as teorias e técnicas. O potencial criativo ou “imaginação sociológica” seria a capacidade de estabelecer as correlações multilaterais dentro da “consciência possível” (limitações históricas, culturais e ideológicas do pesquisador) e mudar

ou mesmo negar teorias e técnicas, na medida em que estas não permitem a compreensão e aproximação do real.

Haveria um “ponto de saturação”, quando as respostas começam a ficar repetitivas, que definiria o número de informantes. Entretanto, parece ser sempre possível aprofundar mais e perceber novos ângulos. “A cada nova entrevista, um novo leque de questões poderia ter sido aberto” (DEBERT, 1986, p. 145). Assim, para Geertz (1989), o conhecimento de uma cultura cresce aos arrancos ao invés de seguir uma curva ascendente. Os estudos não começam onde os anteriores pararam, mas no aprofundamento das questões, a partir de um novo ângulo. “Cada análise cultural séria começa com um desvio inicial e termina onde consegue chegar antes de exaurir seu impulso intelectual” (GEERTZ, 1989, p. 35).

3.1 Seleção dos informantes e coleta de dados

Iniciou-se o estudo com uma pesquisa de fontes secundárias sobre o Projeto Piloto de Turismo Rural do Sebrae Minas em Maria da Fé. Desta forma foram listados atores que participaram deste processo: o prefeito Alexandre Cardoso, que iniciou o acordo com o Sebrae para a implantação do projeto; os dois primeiros secretários de turismo de Maria da Fé; membros fundadores do Conselho Municipal de Turismo; os proprietários rurais que participaram do projeto; participantes do projeto de estruturação do artesanato, como o artista plástico Domingos Tótora, que criou o grupo de artesanato Gente de Fibra, e membros da Cooperativa Mariense de Artesãos – COM ARTE; participantes do curso de monitores, que resultou na criação da Associação dos Monitores de Turismo de Maria da Fé – AMOTUR; moradores que se formaram para conservação do patrimônio, participando da restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Lourdes; participantes do projeto paisagístico Maria da Fé em Quatro Estações e membros da Associação dos Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé - APANFÉ. Todas essas pessoas e integrantes dos grupos, associações,

cooperativas e outras entidades da sociedade civil citados foram contatados para a realização das entrevistas. Além destes, foram feitos contatos com pessoas que hoje fazem parte do desenvolvimento do turismo em Maria da Fé, como os atuais membros do COMTUR, a atual secretária de turismo e proprietários de pousadas e restaurantes locais. Dois dos oito proprietários rurais que participaram do Projeto do Sebrae e um proprietário de pousada não quiseram conceder as entrevistas. Todas as demais pessoas contatadas foram entrevistadas, perfazendo um total de 28 entrevistas em profundidade, com duração de 40 minutos a uma hora e meia. Apenas uma das entrevistas não foi gravada, sendo manualmente registrada.

A pesquisa através dessas fontes secundárias e de censos demográficos, além da identificação dos participantes do processo, possibilitou-nos o reconhecimento de aspectos da história, geografia, economia e população de Maria da Fé e do processo de implementação do Projeto Piloto de Turismo Rural do Sebrae Minas no município. Junto ao IBGE, por exemplo, foram pesquisados dados como população urbana e rural, grau de instrução, sexo e idade. Estes dados são apresentados no capítulo 4 desta dissertação e cumprem parte dos dois primeiros objetivos específicos, não os esgotando. Através da avaliação da percepção dos atores, analisada nas entrevistas, esses objetivos são mais aprofundados.

O roteiro da entrevista (Apêndice A) foi basicamente o mesmo para todos os entrevistados, uma vez que os aspectos a serem analisados, de acordo com o referencial teórico e objetivos da pesquisa, foram: a questão cultural da participação ou subserviência, coletividade ou individualismo em aspectos identitários de Maria da Fé, visão do turismo, visão do papel do Estado, do processo de participação e do Sebrae. Cada um destes temas é apresentado e analisado a partir das percepções dos entrevistados e corresponderiam ao objetivo específico de avaliar as percepções de lideranças comunitárias e de membros das associações locais sobre: a constituição da comunidade e elementos da identidade mariense; as experiências anteriores de associativismo; os impactos do turismo e sua participação nos

processos de mobilização para minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos, desenvolvendo a atividade no município, e a ação de agentes “externos”, como o Sebrae Minas e o Estado, no desenvolvimento turístico do lugar. A avaliação destas percepções é apresentada tematicamente no capítulo 5.

Após a coleta de dados, as fitas foram transcritas na íntegra. Foi feita uma leitura das transcrições e os trechos das entrevistas foram organizados de acordo com as categorias de análise descritas acima: elementos da identidade local, visão de turismo, visão do papel do Estado, do processo de participação e do Sebrae. Os depoimentos apresentados na dissertação foram identificados, uma vez que houve o significado das declarações é enriquecido pela identificação dos atores, brevemente descrita a seguir, em ordem alfabética. Em alguns momentos durante a análise, para preservar os entrevistados, seus nomes não são citados. Vale destacar que essas pessoas participaram e participam de diferentes grupos simultaneamente, ou em diferentes momentos.

Alexandre Cardoso Pinto, 67 anos, foi prefeito de Maria da Fé entre 1993 e 1996, quando estabeleceu o primeiro contato com o Sebrae, e entre 2001 e 2005. Coursou Medicina, mas não se formou, morou no Rio de Janeiro e em São Paulo e retornou para Maria da Fé, onde teve uma pequena indústria de saponáceos, montou uma granja e uma criação de suínos, foi provedor do hospital de Maria da Fé e faz parte da Sociedade Teosófica.

Antônio Carlos dos Santos, fundador e presidente, José Ivo da Silva, vice-presidente e Sérgio Lambiase Filho, relações públicas da APANFÉ – Associação dos Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé - quiseram conversar juntos com a pesquisadora. Os três já trabalharam com a agricultura convencional e hoje trabalham com a agricultura orgânica. Sérgio é o único entrevistado não natural de Maria da Fé. Veio de São Paulo e era bancário.

Aurora Isaura Tótora Moraes, dona Isaurinha, 74 anos, proprietária do Hotel Dona Marta junto com o marido, seu Darci, que foi bataticultor. Mãe do artista plástico Domingos

Tótora e do artesão José, teve mais dois filhos, fez o Normal e foi professora oito anos, até se casar. Costurou e fez tricô para fora, teve uma loja, fazia parte da Igreja, tomava conta de uma noite da Festa de Agosto da Sociedade São Vicente de Paula, trabalhou para ajudar na construção do “Vicentão” e do Asilo Lar São Vicente.

Benedito Valério, Dito Valério, 52 anos, é proprietário do Supermercado Coringão e do Sítio Arco-Íris, uma das oito propriedades rurais que fizeram parte do Projeto Piloto de Turismo Rural em Maria da Fé.

Domingos Tótora, 46 anos, é artista plástico, formado em São Paulo, onde fazia arte contemporânea, mais conceitual. Voltou para Maria da Fé, participou do curso do Sebrae Arte Estruturada, criou o Gente de Fibra e faz parte da direção da COM ARTE – Cooperativa Mariense de Artesanato.

Januário Bueno de Carvalho, 71 anos, proprietário da Pousada Maria da Fé, junto com a esposa, dona Regina e pai do artesão Leonardo Bueno. Coursou até a 4ª série, teve uma transportadora em Belo Horizonte entre 1976 e 1982, voltou para Maria da Fé e plantou batata até 2000, quando abriu a Pousada em sua própria casa.

João Carlos Pereira, 46 anos, proprietário da Pousada JC, é engenheiro eletricitista e professor há cinco anos. Antes, trabalhava na agricultura com a batata, fez parte da COBATA – Cooperativa dos Bataticultores, do Sindicato Rural e faz parte da AMART – Associação Mariense de Turismo.

Joaquim Campos de Almeida, 56 anos, proprietário do Sítio Shangri-lá, morou no Rio de Janeiro, trabalhando na indústria como técnico de mecânica. Casado e com três filhos, resolveu voltar para Maria da Fé devido a problemas de saúde, participou do Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, criou uma Cooperativa do Pequeno Produtor no município, fez parte do grupo que fundou o Conselho Municipal de Turismo e hoje faz parte da APANFÉ.

José Eduardo Souza Gomes, 55 anos, técnico agrícola da EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, que participou do Projeto do Sebrae como propriedade rural.

José Rogério Fernandes, 43 anos, foi proprietário do Pomária Parque Hotel. Filho de dona Lourdinha, formou-se em hotelaria no Rio de Janeiro, trabalhou no Sheraton e, ao voltar para Maria da Fé, fez um bar na fazenda, onde chegou a organizar festas para 1200 pessoas. Participou da fundação do Conselho Municipal de Turismo. Sua propriedade é uma PPPP (Propriedade Particular de Preservação Permanente).

Leonardo Bueno, 35 anos, artesão independente, filho de Januário e Regina, donos da Pousada Maria da Fé, começou a Faculdade de Turismo e Hotelaria em São Lourenço, mas não terminou. Fez parte da COM ARTE, mas foi expulso. Atualmente é membro do Mãos de Minas e montou uma pizzaria.

Luiz Augusto da Silva, Augustinho, 27 anos, faz parte dos atuais Conselhos Municipais de Turismo e de Cultura. Completou o Ensino Médio e fez um curso de paisagismo, era do Grêmio Estudantil, trabalhou na EPAMIG com as oliveiras e recebendo os turistas, fez o primeiro curso de monitores e foi presidente da AMOTUR – Associação dos Monitores de Turismo de Maria da Fé. Trabalha na Agrocere e tem o Viveiro Jardim das Oliveiras, o que o levou à Itália, a convite do governo italiano. Fundou e foi presidente da AMART e participa da APANFÉ e do Circuito, como pessoa física.

Maria Aparecida da Silva Machado, dona Nenzinha, primeira Secretária de Cultura e Turismo de Maria da Fé (1997-2000), 67 anos, professora de português e de educação artística, é professora universitária em Cristina (cidade vizinha), organizou a banda feminina em Maria da Fé, que tocou na posse do governador Magalhães Pinto, no programa da Rádio Nacional, Lida de Chopotó, no Rio de Janeiro e é regente de um Coral.

Maria de Lourdes Fernandes Torres, dona Lourdinha, 68 anos, é proprietária da Fazenda Pomária. Mãe de Roselle, do Sítio Araucária e de José Rogério, do Pomária Parque Hotel, tem mais dois filhos. Fundou a APAE em Maria da Fé, o Conselho Municipal de Turismo, em 1994, para conseguir o Selo de Vocação Turística do Ministério do Turismo, e faz parte da Associação Fé e Cidadania, apostolado da igreja católica.

Maria Helenice Braga Siqueira, 47 anos, artesã do Gente de Fibra, fez magistério e, desde o nascimento da primeira filha, havia parado de trabalhar. Seu marido é bataticultor; é filha de José Braga, do Sítio São José da Cachoeira, propriedade rural que participou do Projeto Piloto do Sebrae. Recebeu turistas no sítio do pai, fazia um curso de pintura com Domingos Tótora e pediu para participar do Gente de Fibra.

Maria Lúcia da Costa Pereira, 48 anos, proprietária da Estância Fazenda Velha, que também está entre as oito que fizeram parte do Projeto Piloto, fez magistério e tinha uma escola particular. Foi presidente do COMTUR e é artesã da COM ARTE.

Maria Regina Pereira, 43 anos, é uma das Marias proprietárias do restaurante Três Marias. Lecionou dois anos, trabalhou dez na rede bancária, casou-se, mudou-se para Itajubá, onde morou por oito anos e parou de trabalhar para cuidar dos filhos. Voltou e decidiu montar o restaurante há seis anos, faz parte do Conselho Municipal de Segurança e da Associação Fé e Cidadania.

Maria Rita Marchetti, dona Ritinha, 60 anos, Secretária de Cultura e Turismo de Maria da Fé (2005-2008), formou-se em Química Industrial, fez o técnico em Magistério e ficou dando aula em Maria da Fé. Foi membro do Conselho Municipal de Cultura, participou da restauração da Igreja Matriz, sendo formada para a conservação do patrimônio, e faz parte da AMART – Associação Mariense de Turismo.

Mariléia Zaroni, 62 anos, foi presidente do primeiro Conselho Municipal de Cultura, participou da fundação do Conselho Municipal de Turismo, foi professora de história e

filosofia, morou nos Estados Unidos dez anos, casou-se e voltou para ter seu filho em Maria da Fé. Dá cursos para os monitores de turismo, foi formada para a conservação do patrimônio e restaurou a própria casa, que pretende tomba. Participou da fundação do ginásio, foi a primeira secretária da APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, foi presidente do Clube Recreativo, fundou o Centro Cultural na antiga estação ferroviária, em 1985, e faz parte da Sociedade Teosófica.

Patrícia Carvalho Lopes, 26 anos, administradora da COM ARTE, formou-se em Administração. Aos quatorze anos era secretária do Clube Recreativo, trabalhou na pré-escola Serelepe, numa farmácia e ia fazer vestibular para Farmácia, quando Domingos Tótora a chamou para trabalhar com eles. Fez vestibular para Administração e diversos cursos oferecidos pelo Sebrae.

Renata Rocha, 23 anos, funcionária da COM ARTE, fez o primeiro curso de monitores, já foi babá, trabalhou na creche Casa da Criança e na biblioteca do Centro Cultural, montada por Mariléia Zaroni. Formou-se no Normal Superior.

Roselle Fernandes, 45 anos, proprietária do Sítio Araucária, filha de dona Lourdinha, é psicóloga, trabalha com ecoterapia, fez mestrado, casou-se e foi morar em Itajubá. Quando o marido morreu, voltou para Maria da Fé, participou da fundação do Conselho Municipal de Turismo e da AMART, atua em uma associação de prevenção do HIV e está tentando criar uma associação de ecoterapia e construindo um alambique.

Valda Costa Campos, dona Valda, 81 anos, tombou a Chácara São Benedito, casa que foi construída por seu pai, onde nasceu e mora. Teve uma escola de corte e costura, participou do Coral, do teatro e da banda feminina.

Valdemar Zaroni Junior, 54 anos, proprietário do restaurante Varandas, é técnico em eletrotécnica. Trabalhou na loja do pai, teve uma danceteria e uma lanchonete. Foi presidente do conselho deliberativo e vice-presidente do Mariense Futebol Clube, participou da fundação

da APAE, fez parte do grupo que fundou o Conselho Municipal de Turismo, junto com dona Lourdinha, Roselle, o marido dela que faleceu, Zé Rogério (também filho de dona Lourdinha) e Joaquim, da Shangri-lá. Trabalhou com Dito Valério no Sítio Arco-Íris e faz parte da Associação Fé e Cidadania.

Valéria Santos da Costa Lemos, 41 anos, presidente da COM ARTE e artesã do Gente de Fibra, fez Magistério, deu aula dois anos, casou-se, parou de trabalhar, teve três filhos, dois gêmeos, bordava e vendeu café e banana.

Walter Santos Alvarenga, Waltinho, 37 anos, foi o segundo Secretário de Cultura e Turismo de Maria da Fé (2001-2004), formou-se em Comunicação Social e Marketing em Pouso Alegre e fez especialização em Publicidade e Marketing na Casper Líbero, em São Paulo. Retornou para Maria da Fé, onde criou o jornal Horizonte e uma agência receptiva. Hoje é gestor do Circuito Caminhos do Sul, do qual o município faz parte.

4 MARIA DA FÉ

Maria da Fé está situada no sul de Minas Gerais, embora esteja mais próxima das capitais de São Paulo (300km) e Rio de Janeiro (325km) do que da capital desse estado, Belo Horizonte (467km). Encontra-se na Serra da Mantiqueira, Planalto Brasileiro, região mais elevada de Minas Gerais (acima de 1000m). A sede do município está a 1258m de altitude e o ponto culminante é o Pico da Bandeira, com 1683m. É conhecida como a cidade mais fria do estado. O relevo é formado por 88% de montanhas, 10% de planalto ondulado e 2% de planícies.

O povoamento da região iniciou-se entre os anos de 1805 e 1815, com o estabelecimento no local dos fazendeiros José Rodrigues Braga e Maria da Fé de São Bernardo. Maria da Fé ficou viúva jovem e assumiu a administração das terras. No final da vida, perdeu a melhor parte de suas terras nas proximidades do Rio Lourenço Velho e vendeu o restante para pagar dívidas. José Francisco Pereira de Magalhães Jr., fazendeiro vizinho, vinha se apropriando de suas terras. Pouco antes de morrer, em data incerta, possivelmente depois de 1827, viajou para São João Del Rei para provar seus direitos junto ao vizinho (TROPIA, 2003).

Por volta de 1850, houve a subdivisão da fazenda por compra, venda, herança e doação, o que deu origem ao distrito de Campos de Maria da Fé, em 27 de junho de 1859, integrado à Vila de Cristina. Em 1884, o distrito de Campos de Maria da Fé foi transferido para o município de Pedra Branca, atual Pedralva. Entre 1889 e 1890, foi construída, em Maria da Fé, a estrada de ferro do Sapucay, mais tarde Rede Mineira de Viação e Rede Ferroviária Federal S/A. A primeira casa comercial foi aberta para atender aos trabalhadores da ferrovia. Após a inauguração da ferrovia, em 27 de junho de 1891, várias casas comerciais e armazéns se instalaram, bem como a primeira escola do povoado.

Em 1884, inicia-se a construção da primeira capela, dedicada à Nossa Senhora de Lourdes. E ainda no final do século XIX, do Cine Pátria, do Hotel Lemos, da Agência Postal, do Cartório de Registro Civil e do primeiro campo de futebol. Em 1º de junho de 1912, é elevada a município e instalada a primeira Câmara Municipal. Em 7 de setembro de 1923, deixa de chamar-se Campos de Maria da Fé e passa a se chamar somente Maria da Fé.

A população atual, segundo dados do IBGE (2000), é de 14727 habitantes, sendo: 7812 na área urbana e 6795 na área rural; 7130 homens e 7477 mulheres; 52% entre 20 e 60 anos de idade, 40% com menos de 20 anos e 8% com mais de 60.

A principal atividade agrícola e econômica de Maria da Fé, da década de 60 até meados dos anos 90, foi a monocultura da batata. A partir de então, a batata foi climatizada em temperaturas mais elevadas e em locais mais planos, que favoreciam a mecanização. Coincidiu com o aparecimento de pragas e a entrada da batata argentina no mercado, com menor preço. Tudo isso levou à perda da competitividade da batata mariense.

Embora Maria da Fé tenha ficado conhecida pela batata, a cidade já havia sido grande produtora de frutas, teve uma fábrica de charutos, uma indústria de massa de tomate, uma fábrica de chapéus; enfim, uma economia mais diversificada, que foi substituída pela monocultura da batata, de giro mais rápido. Com a decadência da batata, houve um rápido empobrecimento da população e queda na sua auto-estima. Segundo Tropicia (2003), esse foi o quadro encontrado pelo Sebrae Minas, quando escolheu Maria da Fé, em acordo com a Prefeitura Municipal, para implantação do Projeto Piloto de Turismo Rural.

4.1 O Projeto Piloto de Turismo Rural do Sebrae Minas

O Projeto do Sebrae iniciou-se em 1996, com uma série de palestras de sensibilização sobre o tema turismo, com a presença de integrantes de vários segmentos da sociedade. O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR - já existia e foi um dos critérios do Sebrae

Minas para escolha de Maria da Fé para implantação do Projeto Piloto. O COMTUR passou a se reunir semanalmente para discutir ações e prioridades e, depois, mensalmente (TROPIA, 2003).

Em 1997, foram identificadas propriedades rurais interessadas em participar do projeto e uma consultoria especializada em turismo rural ajudou a definir o negócio a ser explorado por cada propriedade e sua atuação dentro do roteiro integrado de visitas. Parece que essa era uma das poucas “regras” estabelecidas *a priori* pelo Sebrae: a complementação dos serviços oferecidos nas propriedades. Oito propriedades rurais tiveram acesso à consultoria, à capacitação em gestão de negócios, qualidade de atendimento, formatação de produtos e organização dos atrativos e participaram da missão técnica em visita à cidade de Lages em Santa Catarina (uma referência em turismo rural no Brasil): a Estância Fazenda Velha, a Fazenda Experimental da EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, a Fazenda Monte Alegre, a Fazenda Pomária, o Sítio Araucária, o Sítio Arco-Íris, o Sítio São José da Cachoeira e o Sítio Shangri-lá.

Paralelamente, as reuniões participativas com o grupo do COMTUR definiram seis grupos de trabalho: Lazer, Conscientização Ambiental, Imagem da Cidade, Saneamento Básico, Cursos Profissionalizantes e Terminal Rodoviário. Estes grupos apresentaram propostas, cujas ações foram priorizadas e detalhadas em uma Jornada Técnica, que elaborou o Plano de Ações Integradas.

Dentro deste Plano, foram realizados cursos de capacitação gerencial e qualificação do atendimento de serviços turísticos para a mão de obra local, uma campanha de marketing turístico, o projeto de estruturação do artesanato e o curso de formação de monitores de turismo. Para a campanha de marketing, estudantes da FAAP-São Paulo criaram a logomarca da cidade e a população foi envolvida, através de atividades escolares, na criação do *slogan* Maria da Fé Amada e de peças gráficas, cartazes e folderes.

Em 1998, o projeto de estruturação do artesanato começou com uma consultoria de avaliação do artesanato local em busca de diferenciais em termos de *design* e matérias-primas. Foi criada a Cooperativa Mariense de Artesãos – COM ARTE. O artista plástico local Domingos Tótora propôs a mistura da fibra de banana com papel machê. Trabalhando com essa mistura nasceu o grupo Gente de Fibra, que confecciona utilitários e peças decorativas. O Gente de Fibra foi premiado na maior feira de decoração e *design* do Brasil, a *Gift Fair*, foi convidado a expor na China.

O curso de monitores foi desenvolvido pela empresa de consultoria Ponto Doc, em parceria com o curso de turismo do Unicentro Newton Paiva, o COMTUR, o Sebrae Minas e professores da rede pública municipal, em três módulos. O primeiro tratava de cultura, história, produção agropecuária, geografia e demais valores do município de Maria da Fé; o segundo, trabalhava com as técnicas de condução, as adversidades de percurso, o turismo, as técnicas de primeiros socorros e a receptividade; e no terceiro, discutiu-se ética e postura de trabalho. O curso resultou na criação da Associação dos Monitores de Turismo de Maria da Fé - AMOTUR, com 20 integrantes. O primeiro curso de monitores aconteceu durante todo o ano de 1999. Um segundo curso, no qual 120 adolescentes disputaram 20 vagas, iniciou-se em 2002. A Associação mantém cursos de reciclagem, idiomas e incentivo profissional.

Em 2000, foram iniciadas as obras de restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Lourdes. O projeto de restauração também fazia parte do Plano de Ações Integradas. A Igreja fez parte do projeto de tombamento municipal, bem como o Centro Cultural, a Chácara São Benedito e a Escola Municipal Arlindo Zaroni. É uma edificação do início do século XX, com obras de pintura de autoria dos irmãos Pietro e Ulderico Gentile (Itália). A restauração foi feita com a parceria do IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, do Sebrae Minas e da FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto. Um grupo participou da restauração, sendo formado para conservação do patrimônio.

Em 2001, o Plano de Ações Integradas, desenvolvido inicialmente pelo COMTUR em reuniões participativas, foi atualizado e foi feito o Planejamento de Desenvolvimento do Turismo em Maria da Fé para os anos de 2002, 2003 e 2004. Foi elaborado um calendário de eventos e desenvolvido um projeto paisagístico: Maria da Fé em Quatro Estações. Nos canteiros dos espaços urbanos foram plantados diferentes tipos de flores, de forma que florescessem durante o ano todo. Uma lei criada pela Câmara Municipal determinava que a cada três árvores plantadas na cidade, uma fosse oliveira. As primeiras mudas de oliveira foram trazidas para a cidade na década de 40 e plantadas nas praças centrais. O projeto foi desenvolvido por uma paisagista e também qualificou mão-de-obra local.

Em 2001, o Sebrae Minas encerrou o Projeto Piloto de Turismo Rural em Maria da Fé. O trabalho de Tropa (2003) cita ainda a Cooperativa das Costureiras – COOPERT – Cooperativa Têxtil de Maria da Fé, e a Associação dos Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé – APANFÉ, as Feiras de Turismo em 1999, 2001 e 2002 e as 23 missões empresariais de Minas Gerais e de outros estados recebidas no período de 1998 a 2002.

4.2 Situação de Maria da Fé em 2006

No período de 12 a 16 de abril de 2006, foi feito um reconhecimento de campo e foram realizadas entrevistas preliminares com os três secretários de Cultura e Turismo que Maria da Fé já teve, o ex-prefeito nas gestões 93-96 e 00-03, um dos proprietários rurais e o artista plástico Domingos Tótor, criador do Gente de Fibras. Além dos dados coletados através das entrevistas, observou-se, por exemplo, que a placa indicativa de Maria da Fé, em Itajubá, estava torta, indicando o sentido oposto; o abandono dos canteiros das praças nos espaços urbanos; nenhum restaurante abriu na noite de 14 de abril de 2006, uma sexta-feira da paixão, feriado em que as cidades turísticas costumam receber turistas; a estrada Maria da Fé/Cristina, por onde chegam os turistas vindos do Rio de Janeiro, estava em péssimas

condições; das oito propriedades rurais que participaram do Projeto Piloto de Turismo Rural do Sebrae Minas, nem todas continuavam operando, os entrevistados não sabiam informar.

Em relação aos itens citados e à cronologia do Projeto Sebrae, apresenta-se a seguir a situação encontrada em Maria da Fé em 2006. Os possíveis fatores que influenciaram e influenciam esse quadro serão discutidos no capítulo seguinte. Um Conselho Municipal de Turismo – COMTUR – atuante foi um dos critérios avaliados pelo Sebrae para escolher Maria da Fé para sediar o Projeto Piloto. O Conselho chegou a se reunir semanalmente no início do desenvolvimento do projeto. A regularidade de reuniões é um indício do quanto o Conselho propicia a participação ou do quanto a comunidade encontra-se mobilizada (maior frequência ou periodicidade definida de reuniões) ou não. As reuniões do COMTUR em Maria da Fé não vinham acontecendo. Dos 28 membros da população local entrevistados, doze já fizeram parte do Conselho em outras administrações, muitos deles como fundadores e alguns já foram presidentes. Dois fazem parte do atual Conselho, contando a atual Secretária de Cultura e Turismo. Depois da eleição municipal em 2004, houve uma reunião em que o antigo Conselho foi destituído e uma chapa já montada foi eleita. Luiz Augusto, que ainda fazia parte do Conselho, não sabia dizer quem era o presidente e afirmou não ter ido a nenhuma reunião do Conselho de Turismo. Acredita que teria sido convidado se as reuniões tivessem acontecido, afinal é membro. Cohn (2004) alerta para o risco da participação da sociedade civil se resumir à participação nos espaços dos conselhos ou outros criados na esfera pública.

Outro espaço de atuação era a associação dos proprietários rurais. Esta associação nunca existiu formalmente. Das oito propriedades rurais que participaram do projeto, três continuam funcionando: a Fazenda Pomária, o Sítio Araucária e o Sítio Arco-Íris. Cinco não trabalham mais com o turismo por razões que serão analisadas no próximo capítulo: a EPAMIG, a Fazenda Monte Alegre, o Sítio São José da Cachoeira, a Fazenda Shangri-lá e a Estância Fazenda Velha. Esta última tornou-se um local de eventos, que devem ser agendados

previamente. Assim não está aberta ao público como restaurante, o que acontecia anteriormente. Dois dos proprietários rurais que não atuam mais em turismo não foram entrevistados. Um se recusou terminantemente: “não tenho mais nada a ver com o turismo”.

A Cooperativa Mariense de Artesãos – COM ARTE – continua funcionando. “Começou com seis pessoas e hoje já tem 78 cooperados”, conta Patrícia, administradora da Cooperativa. Estas seis pessoas eram o Gente de Fibra, que hoje é formado por vinte artesãos. Há outros grupos e artesãos trabalhando individualmente, cooperados ou não. O artesanato é bem diversificado, vai do tricô e crochê até o papel machê com fibra de bananeira. No dia 16 de julho de 2006, aconteceu a VII Feira de Turismo de Maria da Fé, o que indica que ela não deixou de ser realizada desde sua primeira edição em 1999. É uma feira de artesanato com participação de artesãos de várias cidades próximas.

A Associação dos Monitores de Turismo de Maria da Fé – AMOTUR – formou a terceira turma de 15 monitores em agosto de 2006. Cinco monitores, dos 35 formados na primeira e segunda turma, permanecem na Associação. Fora isso, a AMOTUR encontra-se parada, segundo Luiz Augusto, que foi seu presidente por cinco anos, desde a fundação em 1999 até 2004. Os projetos de recreação e educação ambiental nas escolas municipais não tiveram continuidade na gestão municipal iniciada em 2004.

No projeto de tombamento municipal, foram tombados entre 1997 e 2000, a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Lourdes, o Centro Cultural, a Escola Municipal Arlindo Zaroni e a Chácara São Benedito, esta a pedido dos seus proprietários. Foram tombados alguns bens móveis, como o globo da escola Arlindo Zaroni. Houve mais dois tombamentos: um, entre 2001 e 2004, foi feito à revelia do proprietário, o do casarão sede do primeiro Banco de Maria da Fé, Banco Itajubá, e o da locomotiva, em 2005. No casarão do Banco Itajubá, morou Dom Marcos Barbosa, monge beneditino que fez a tradução do Pequeno Príncipe e é da Academia Brasileira de Letras. Mariléia Zaroni, que foi presidente do Conselho de Cultura entre 1997 e

2000, diz que as pessoas ainda têm medo do tombamento, porque acreditam que perderão a propriedade para o IEPHA. O Secretário de Cultura e Turismo na gestão 2001-2004, Walter Alvarenga, lembra, entretanto, que não basta tomar, é preciso manter para não perder pontuação e esta foi a preocupação da gestão dele. O grupo que fez um curso e participou da restauração da igreja matriz, segundo o ex-secretário, não se consolidou, mas sempre que necessário, sozinhos ou em dupla, eles são acionados.

O projeto Maria da Fé em Quatro Estações, dos canteiros de flores dos espaços urbanos, foi abandonado. Havia quatro jovens que fizeram cursos para manutenção dos canteiros e eram contratados pela prefeitura. Foram demitidos na atual gestão. “Até hoje, eles não jogaram uma gota d’água no jardim”, revolta-se Luiz Augusto, “... passo e não olho para os canteiros”. Luiz Augusto implantou os jardins, sob orientação de uma paisagista, e treinou os jardineiros. Segundo ele, a Associação Comercial contribuía financeiramente com a manutenção. Com a demissão dos jardineiros, a Associação também cessou a doação.

A Associação dos Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé – APANFÉ – já existe desde agosto de 1999. Ela foi convidada a participar do Projeto Piloto do Turismo Rural, considerando-se a agricultura orgânica mais um processo que o turista podia conhecer. Desde 2005, a APANFÉ participa de um projeto piloto do Sebrae na área de agricultura orgânica, cujo objetivo é melhorar a qualidade e aumentar a produção de orgânicos e, assim, conquistar novos mercados. De 7 a 10 de setembro de 2006, aconteceu, em Maria da Fé, a VII Conferência Brasileira de Agricultura Biodinâmica.

Parece que a Cooperativa das Costureiras não existe mais. Não foi encontrado ninguém desta associação ou quem indicasse uma pessoa que tenha pertencido a ela. A Associação dos Amigos da Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes, citada no trabalho de Tropia (2003), parece que nunca existiu.

A primeira impressão é de que o turismo ou a participação da comunidade organizada retrocedeu em Maria da Fé desde a saída do Sebrae, ou desde o início da nova administração municipal. Dois grupos que permanecem, a COM ARTE e a APANFÉ, não são de negócios necessariamente ligados ao turismo. Mas e a mobilização que existia antes mesmo da chegada do Sebrae e permitiu a formação de um grupo de empresários dispostos a desenvolver o turismo, independente da Prefeitura? Este grupo se identificava com a Associação Mariense de Turismo - AMART, fundada por volta de 2002. Uma nova direção assumiu a AMART em 2005. A presidenta acabou se afastando e só recentemente a vice-presidente assumiu o cargo para tocar os trabalhos. Foi o grupo que fundou e fez parte do primeiro Conselho de Turismo. Destituídos, alguns participam de outras associações não focadas em turismo.

Existem outros empresários que fazem parte do turismo pela natureza dos seus negócios, como hotéis, pousadas e restaurantes. Alguns participaram de cursos oferecidos pelo Sebrae na época, outros começaram seus negócios posteriormente e continuam, como os entrevistados do Hotel Dona Marta, Pousada Maria da Fé, Pousada JC e Restaurante Três Marias. Destes, alguns consideram que o turismo diminuiu um pouco. Outros consideram que tem crescido, mas muito devagar. Segundo Januário, da Pousada Maria da Fé, porque “o governo aqui não gosta de turismo. (...) Devia fazer propaganda na televisão, igual tem outras cidades que fazem”. Segundo João Carlos, da Pousada JC, porque “no movimento do turismo, falta envolvimento da população e das autoridades, que ficam muito de longe”.

5 FATORES QUE AFETAM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO EM MARIA DA FÉ - ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo da dissertação é analisar possíveis fatores que afetariam a participação da comunidade no desenvolvimento sustentável do turismo em Maria da Fé, distinguindo os grupos que continuaram a atuar dos que pararam. A partir do referencial teórico estudado, foram levantados como possíveis fatores: elementos da identidade local, visão do turismo, visão do papel do Estado, o processo de participação e o Sebrae. Estes são os tópicos analisados neste capítulo. Entretanto, antes de começar a discussão desses pontos, cabe uma caracterização do perfil dos entrevistados.

5.1 Perfil dos entrevistados

Os membros da comunidade entrevistados neste estudo são as pessoas que participaram do Projeto Piloto de Turismo Rural do Sebrae Minas entre 1996 e 2001 e pessoas que hoje atuam no turismo em Maria da Fé (MG). Dos 28 entrevistados, apenas um não é nascido em Maria da Fé. É um paulista que vive há quinze anos na cidade, tornou-se agricultor e faz parte da Associação dos Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé – APANFÉ. A maior parte dos pais dos entrevistados já nasceu em Maria da Fé e região. Os pais de alguns dos entrevistados mais velhos vieram de São Paulo, Rio e Itália, no início do século passado, época da própria formação da cidade. Pode-se dizer que são os marienses que desenvolveram e desenvolvem o turismo em Maria da Fé. Vale ressaltar que, quando perguntados se eram naturais de Maria da Fé, os entrevistados que nasceram na área rural inicialmente disseram que não e citaram localidades rurais. Eles fazem uma distinção: Maria da Fé é a área urbana e não a área rural.

Praticamente todos os entrevistados fazem parte de uma certa “elite” cultural: 14 (50,0%) deles têm Ensino Superior completo ou incompleto e até pós-graduação e mestrado. Isto, numa cidade onde, segundo dados dos IBGE (Censo 2000), 59,6% da população com mais de 10 anos tem até 7 anos de estudo, menos que o necessário para completar o Ensino Fundamental. Para fazer o Superior é necessário sair da cidade ou ir toda noite para Itajubá, a 20km de Maria da Fé. As pessoas que voltam para Maria da Fé após estudar fora fazem uma opção.

(...) fundamos um jornal chamado Jornal Horizonte (...) Aí, junto com outra pessoa eu criei também uma agência de turismo receptivo. Através desta experiência do jornal e da agência, eu fui convidado para ser secretário de turismo. (...) Amor a minha família e a minha cidade. O turismo para mim foi uma forma de garantir a minha permanência e não ter que procurar trabalho fora de Maria da Fé. (Waltinho, Secretário de Cultura e Turismo de Maria da Fé 2001-2004)

Até dona Valda, de 81 anos, cursou Letras em Itajubá depois de adulta. Não chegou a se formar. Oito têm Ensino Médio, sendo muitos Ensino Médio Técnico. Entre as mulheres com este grau de instrução, todas fizeram o Normal de nível médio, única opção na cidade, segundo elas. Chegaram a lecionar alguns anos, casaram-se, tiveram filhos e por isso não continuaram a trabalhar e estudar, o que era um costume na cidade. Ou seja, 78,6% dos entrevistados, estão entre os 8,0% da população que estudaram 11 anos ou mais (IBGE - Censo 2000). Dois têm o Fundamental, um foi bataticultor e o outro é agricultor. Três não disseram seu grau de instrução.

Esta “elite” cultural é caracterizada ainda pela posição de muitos deles contra a monocultura, mesmo durante os “anos dourados da batata” em Maria da Fé, como será visto no tópico sobre elementos da identidade local. Mas, além disso, estas pessoas têm uma história, uma cultura de participação. Entre os movimentos, associações e cooperativas de que já participaram ou participam estão: fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Maria da Fé; atividades culturais, como teatro, dança, bandas de música, coral, pintura, festas e manifestações folclóricas; trabalhos sociais através das igrejas

católica, messiânica e da sociedade teosófica; fundação da escola estadual; organização da biblioteca municipal; associação de prevenção do HIV; Cooperativa de Bataticultores – COBATA, Sindicato Rural e Cooperativa do Pequeno Produtor Rural; direção do Mariense Futebol Clube na área do esporte; Grêmio Estudantil; Conselhos Municipais de outras áreas que não o turismo e cultura e Associação Fé e Cidadania, apostolado da igreja católica. No turismo, participaram e/ou participam de mais de um grupo, como AMOTUR, AMART, COMTUR e COM ARTE.

Foram entrevistados 15 homens (53,6%) e 13 mulheres (46,4%). Somente quatro entrevistados (14,3%) têm até 35 anos. Dos jovens que se envolveram com o projeto, principalmente através da Associação dos Monitores de Turismo de Maria da Fé – AMOTUR, muitos deixaram a cidade para estudar ou trabalhar. Um dos entrevistados mais jovens é da AMOTUR. Os outros três trabalham com artesanato. Conforme observação da pesquisadora, muitos jovens começam a participar do projeto através do artesanato. Alguns, inclusive, são jovens de condição social mais baixa. Onze dos entrevistados (39,3%) têm entre 36 e 55 anos. Dez dos entrevistados têm 56 anos ou mais e seis deles têm mais de 65 anos. Entre os mais velhos, estão três dos seis proprietários rurais entrevistados.

5.2 Elementos formadores da identidade local

História, geografia, instituições são alguns dos aspectos que podem formar a identidade local, a partir da significação individual e coletiva. Muitos dos entrevistados pensam Maria da Fé a partir da época da batata. Consideram que Maria da Fé foi muito rica e agora não é mais. Outros lembram de uma época anterior. Na década de 20, 30, conta Mariléia Zaroni (Presidente do Conselho de Cultura 1997-2000), havia vários jornais em Maria da Fé: o jornal do esporte, de dois clubes esportivos, o jornal da igreja, o jornal

municipal, o jornal infantil da escola Arlindo Zaroni. Este aspecto cultural revela o desenvolvimento social e cultural aliado ao desenvolvimento econômico.

Maria da Fé teve muitas fábricas: de cigarros, de charutos, de tijolos, de chapéus e telhas (muitas casas em Maria da Fé ainda são cobertas com telhas Zaroni). Os Zaroni tinham também uma fábrica de brinquedos no Rio de Janeiro e uma criação de porcos. Um trem especial para carga transportava o porco vivo, morto, e a banha. Havia também a fruticultura: a uva, a azeitona, o marmelo, maçãs, pêras, ameixas.

As riquezas econômica, cultural e social explicam a riqueza da igreja matriz, construída nessa época numa cidade tão pequena: o piso de ladrilhos hidráulicos com relevo; os mármore e imagens de Marino Del Favoro, escultor em gesso que tinha uma loja em São Paulo; o altar de mármore Carrara e a pintura de artistas italianos (só existem outras três igrejas pintadas por estes mesmos artistas no Brasil). Uma certa decadência aconteceu com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929. Os sócios franceses de Arlindo Zaroni deixaram a sociedade. Arlindo Zaroni morreu em 1936, com 50 anos.

Mariléia Zaroni fala que a década de 50 ainda foi de muita festa, muito baile e belos vestidos. Dona Valda, 81 anos, teve uma escola de corte e costura e lembra da biblioteca, do Centro Recreativo, da domingueira onde tocavam e dançavam, do futebol, da sua participação no coral, no teatro, na banda que tocou na posse do governador Magalhães Pinto, dos bailes e da Festa de Agosto, tradicional na cidade.

O cultivo da batata já existia. Zeca Batista, um dos fundadores da vila, iniciou o cultivo. Mas foi nas décadas de 40 e 50 que explodiu a produção de batata. “Todo mundo mexia com batata. Só se falava em batata” (Mariléia Zaroni). A batata tornou-se monocultura em Maria da Fé. A produção era tão grande que o governo estadual construiu um Ceasa, edificação bem grande para uma cidade do tamanho de Maria da Fé. Mudanças culturais e sociais começaram a acontecer. Jovens, ainda com pouca instrução, arrendavam uma

“terrinha”, ganhavam muito dinheiro da noite para o dia e deixavam de estudar. Mariléia Zaroni, então professora da escola estadual, procurou dois irmãos que haviam sumido da escola para saber o que estava acontecendo.

‘Ah, não preciso mais disso não. A gente está ganhando dinheiro a rodo. Por que eu vou querer estudar?’ ‘Você vai precisar disso futuramente para gerenciar o seu dinheiro, sua lavoura, sua fazenda, sua casa, se você tiver, seus bens. Se não, você pode perder tudo’. ‘Para quê? Você é professora e não tem nada. Você ganha o que eu pago para os meus empregados aqui. Que vantagem você teve estudando? Eu sou ignorante, você é uma pessoa culta. O que eu ganho, você nunca conseguiu ganhar na sua vida toda. Você ganha o que eu ganho em uma semana aqui na lavoura’.
(Mariléia Zaroni)

Uma cultura consumista começou a se desenvolver. O carro era símbolo máximo de *status*: “um desfile de carros. As pessoas ficavam esperando que o outro desfilasse com seu carro primeiro para na outra semana comprar outro” (Waltinho). “Eles eram homens todos poderosos aqui em Maria da Fé. Trocavam de carro igual se troca de roupa” (Dona Isaurinha, do Hotel Dona Marta). Outros entrevistados falam do “desfile” de carros a cada safra. O dinheiro era gasto com bens de consumo não duráveis, viagens de lazer para o Rio de Janeiro, shows e mulheres (amantes e “cabarés de luxo”, expressão usada por um dos entrevistados). Isto alimentou e inflacionou o comércio de Itajubá. “Graças a Deus tem o povo de Maria da Fé. (...) Para a senhora ter uma idéia, esse mês eu vendi 130 boxes tipo Blindex, fora os outros comuns. Dos 130, 110 eram de Maria da Fé”, Mariléia Zaroni reproduz o que ouviu de um vendedor de Itajubá. “Se for em Itajubá comprar uma camisa, você não pára o carro na frente da loja. Se eles lerem a placa e virem que é de Maria da Fé, a camisa sobe de preço. É garimpo!”, diz Joaquim do Sítio Shangri-lá. Houve muito desperdício também: “cada dia, os filhos quebravam um carro”, exemplifica Joaquim, lembrando a história de uma família de bataticultores.

Os bataticultores não permaneciam na zona rural. Mudavam-se para a cidade. A distinção urbano e rural parece implicar uma desvalorização do rural, por isso, quem podia mudava-se para a área urbana. Segundo Waltinho, havia uma idéia errada de progresso. Isto

levou também a uma descaracterização arquitetônica. Existem alguns casarões que foram preservados, mas alguns prédios e casas de dois andares não faziam parte do conjunto arquitetônico. Com o declínio da bataticultura, muitas famílias deixaram a cidade, inclusive para plantar batata em outras localidades. Alguns entrevistados consideram que a mudança da vida social, antes movimentada, aconteceu em função disso. Famílias deixaram a cidade e ficaram as que vieram da zona rural e “não valorizam esse tipo de exercício da vida social, porque foram acostumadas na roça” (Maria Lúcia, da Estância Fazenda Velha). Alguns entrevistados alertam para o fato dos jovens não gostarem mais da roça. Isto pode explicar o porquê das tradições folclóricas rurais, como a catira, estarem se perdendo, como relatado por alguns entrevistados.

Ao consumismo agrega-se o individualismo. João Carlos, ex-bataticultor, pode falar com propriedade:

Aqui o individualismo ainda fala mais alto. Cada um vê muito o seu lado e não pensa no todo. Cada um procura o seu, tentando tirar proveito daquela situação. Isso é característica da batata, porque a batata quando aconteceu aqui era assim: ‘eu vou lá, eu faço’. Tudo da batata foi bem assim. Falava assim ‘eu vou plantar cinco alqueires de batata’, fazia as contas, ‘vou gastar tanto’, ia lá no banco, sacava o dobro do dinheiro, ‘então, eu vou comprar um carro, vou comprar uma casa’, ia lá e comprava e, no final da lavoura, pagava tudo. Comprava antes da lavoura. Foi criando um individualismo muito grande. Posso fazer, vou lá e faço. Não conseguia fortalecer. Quando vieram as dificuldades, todo mundo caiu, porque não estava unido. (João Carlos, da Pousada JC)

Havia a Cooperativa dos Bataticultores – COBATA. Um exemplo de João Carlos esclarece que a existência da Cooperativa não garantia a visão do coletivo, do bem comum:

Quando eu mexia com batata, eu tinha a máquina de beneficiar. Teve um dia lá, o preço estava muito baixo, eu fiz uma reunião com os produtores. ‘Olha, pessoal, vamos fazer o seguinte. Tem muita batata, tem muito caminhão aqui no pátio e o mercado está muito ruim, está superlotado. Não vamos arrancar batata. Amanhã, todo mundo arranca pela metade. Quem arranca dez, arranca cinco, quem arranca duas, arranca uma. Vamos reduzir essa quantidade’. No dia seguinte, foi o dia que mais teve batata na minha máquina, porque todo mundo saiu dali e falou ‘fulano vai arrancar uma só, eu vou arrancar dez. Todo mundo vai arrancar pouco, eu vou arrancar mais e vendo mais caro’. Faltou caminhão, faltou sacaria, faltou lugar na máquina. Todo mundo concordou na hora. O resultado só foi aparecer no outro dia à tarde. Isso é o problema aqui ainda, que eu vejo, o pessoal pensa muito em si. (...) Tem que trabalhar isso de alguma forma que eu não sei qual é ainda. (João Carlos, da Pousada JC)

Segundo alguns entrevistados, não se reinvestia o dinheiro ganho nem no plantio da lavoura seguinte, nem na mecanização ou em melhores condições para os funcionários. Pegava-se um novo empréstimo no banco. Com a decadência da batata, pouco ficou em Maria da Fé do período: prédios, inclusive inacabados, o Ceasa desativado (hoje pertencente à prefeitura com outras funções), casas próprias das quais as pessoas não podem dispor sob pena de perdê-las para pagamento dos empréstimos bancários (algumas dessas têm sido usadas pelos proprietários como pousadas, contanto eles não deixem a casa) e a dificuldade de associação: “a grande dificuldade nossa reside em nos associarmos. Eu confiar em você, você confiar em mim, mas confiar mesmo” (Joaquim, do Sítio Shangri-lá).

Entretanto, Maria da Fé não era só a da batata. A batata representava o poder econômico da época, mas havia aqueles que anteviam os problemas:

Maria da Fé tinha dois mundos: o mundo da batata e o mundo fora da batata. A gente achava que tudo estava caminhando para um sistema de caos realmente. Os de fora eram os adolescentes, os contestadores, que não davam muita importância para isso. (...) O Domingos Tótorá, criador do Gente de Fibra, era incompreendido, porque era um artista plástico, não conseguia se expressar, filho de batateiro. Era aquele choque. Isso não era diferente na minha casa, na casa de outros amigos. É lógico que a manutenção das nossas famílias vinha da batata, direta ou indiretamente. Mas a gente contestava muito aquilo. A gente se rebelava contra aquilo. (Waltinho)

A monocultura (...) foi a derrocada de muitas civilizações. Isso era previsto, foi comentado, muita gente falou e vinham pessoas aqui, faziam palestras. Mas, em primeiro lugar, as pessoas que trabalhavam com o cultivo da batata não queriam mudar, lógico, porque estavam ganhando muito. E outro aspecto também, que não é falar mal, que é falar a verdade, eram pessoas que não tinham conhecimento das coisas, não sabiam. (Mariléia Zaroni)

Quando foi 94, eu estava vendo televisão, (...), passou uma notícia que Goiás tinha uma lavoura de batata. Seria a primeira lavoura de batata colhida naquela região, a uma temperatura de 40 graus. (...) Pensei é o fim do poder econômico de Maria da Fé. Precisamos pensar em novas atividades econômicas, porque essa vai. Mas isso não vai do dia para a noite. Nessa época, estava bom ainda. (...) Eu tentei, mas para mudar a cultura de uma população, você não muda em menos de 20 anos. (...) Nós começamos em 94, estamos em 2006, já tem 12 anos, vai chegar nos 20 para deslanchar. Houve um grande avanço. (Alexandre Cardoso, prefeito de Maria da Fé 1993-1996, 2001-2004)

Aparecem aí duas visões de mundo: uma do consumismo e individualismo e outra, do conhecimento e da coletividade. Os que se mobilizaram inicialmente para o Projeto Piloto de Turismo Rural, promovido pelo Sebrae Minas em Maria da Fé, até pelo perfil sócio-cultural apresentado, eram mais pessoas do mundo do conhecimento e da coletividade, mesmo que fossem mulheres e filhos de bataticultores e ex-bataticultores.

Na zona rural, poderiam ser encontradas outras visões de mundo. Renata Rocha, monitora e funcionária do Gente de Fibra, fala sobre seu pai, um ex-bóia fria em Maria da Fé. O exemplo pode retratar também uma mudança cultural que se processa em Maria da Fé com o advento do turismo.

Meu pai era lavrador, trabalhava na zona rural. (...) ele perdeu o emprego (...) passou de agricultor a artesão. ...foi aprendendo com as pessoas, os visitantes, os turistas. Então, ele é uma outra pessoa hoje. (...) Antigamente, ele não assistia televisão, não queria saber o que estava acontecendo no mundo (...) quando você vai trabalhar na roça, vai de qualquer jeito. Agora, não. É um jeito simples, de um artesão, que vai trabalhar na produção, mas é arrumado em vista da roça. Ninguém pediu para ele. Ele notou... (...) Nunca ele ia entrar numa conversa dos outros. Ele esperava ali fora. Hoje em dia ele entra, pergunta, participa. (...) Ele nunca tinha pegado num telefone. Tem várias coisas que ele tem acesso. Não só ele. Estou falando dele, porque eu conheço. (...) as artesãs, por exemplo, nasciam donas de casa, elas tinham até medo das pessoas. Agora, não, já mudou muito. Eram criadas para ter filhos e cuidar da casa. (...) hoje em dia, elas podem trabalhar fora, nesse mundo de comprar e vender. Isso não era para elas, ser dona de casa era uma alegria muito grande. Hoje elas têm outros acessos. (Renata Rocha, funcionária da COM ARTE)

Há ainda um outro aspecto dessa “cultura da batata”: a rapidez, a facilidade e o grande percentual de lucro em relação ao investimento. Caracterizam, portanto, essa cultura, o imediatismo, o individualismo e o consumismo. O turismo, o artesanato, a agricultura orgânica, as oliveiras, a volta à fruticultura vieram como alternativas econômicas e o desenvolvimento destes requer menos imediatismo e mais cooperação.

Para caracterizar o mariense, entretanto, não o fazem como individualista. Dizem que as pessoas são solidárias, “se auxiliam nas desgraças e necessidades” e, assim, segundo eles, dificilmente alguém passa frio ou fome em Maria da Fé por mais pobre que seja. Falam dos leprosos que visitavam a cidade para receber donativos e diziam que em Maria da Fé sempre

conseguiam tudo o que precisavam, além de lugar para comer e dormir. Durante um dos períodos em que a pesquisadora esteve na cidade, pôde observar a chegada de romeiros. A igreja permite que eles se alojem em um galpão da Sociedade São Vicente de Paula, que chamam de “Vicentão”, e até hotéis permitem que eles tomem banho nos quartos vagos. Além da pobreza, preocupam-se com alguns problemas sociais, como as drogas (inclusive o alcoolismo) e o desemprego.

O “Vicentão” foi construído, entre outros motivos, para abrigar a Festa de Agosto, criada, em 1912, para manter a Sociedade São Vicente de Paula. Segundo os entrevistados, todo mundo trabalhava para a festa.

... festas antigas, da Igreja, Festa de Agosto, que era maravilhosa, foi distorcendo, distorcendo,... (...) Antes era na rua, uma cantina na rua, toda de bambu, o pessoal fazia. (...) Eram noitadas todo final de semana, tinha a noite das escolas, da escola Arlindo Zaroni, a noite japonesa, a noite das associações religiosas. Começou a vir um tanto de barraquinha de fora... O pessoal chega de fora e vai ocupando o espaço, ocupando espaço, a Prefeitura cedendo o espaço. Fica aquele tanto de barraca, tudo sem estrutura legal, mal feita. Foi perdendo o motivo da festa. Antigamente, era uma coisa maravilhosa. Não só essa, outros tipos de festa também. (Domingos Tótor, artista plástico)

A solidariedade no social revela um traço do mariense citado por alguns: a fé. Mais do que a religiosidade, a espiritualidade. Para explicar o envolvimento na política, nos trabalhos sociais e nas associações, muitos recorrem a explicações espiritualistas. Citam a Sociedade Teosófica – Eubiose e a Igreja Messiânica, além da Igreja Católica e seus movimentos. Uma entrevistada explica que a Eubiose considera sete cidades místicas na região sul de Minas Gerais e Maria da Fé é uma delas. Alguns turistas vêm para visitar o templo de Maria da Fé e seguem para São Lourenço, onde têm um ritual deles.

Segundo uma entrevistada, para ser aceito na comunidade leva um tempo: com “as pessoas novas que vêm para ficar, eles são mineiros, ficam com o pé atrás. Depois, não. Logo, se afeiçoam” (Roselle, do Sítio Araucária). Falam das relações de vizinhança, de pedir xícara

de café e outros emprestado e se conhecerem: “todo mundo conhece seu filho e você conhece o de todo mundo. Se seu filho está lá na entrada da cidade, fazendo alguma coisa de ruim, você está sabendo, não por uma coisa destrutiva não, é por coisa construtiva. (...) Todo mundo conhece todo mundo”. Esta, segundo Bauman (2003), é uma das características da comunidade em oposição à sociedade, tem-se segurança à custa da liberdade, suprida pela eterna vigilância.

Por outro lado, não há uma comunidade em Maria da Fé, segundo este mesmo autor, porque, como visto, Maria da Fé são muitas e há divergências a serem compatibilizadas antes de iniciar qualquer processo de desenvolvimento. Deve-se atentar para a “cultura da batata”, que não foi totalmente mudada. Não se pode afirmar que há uma identidade nostálgica, onde o passado é superior e o que se teve e perdeu torna difícil imaginar alternativas, como apontado por Gallichio (2002), mas o imediatismo, a expectativa de retorno alto e rápido e o individualismo são apontados por alguns entrevistados como motivos que levaram muitos a se desmotivarem e desistirem. Como diz um dos entrevistados, o Sebrae alertou para isso, mas talvez eles não tenham tido idéia da força desta cultura.

Um entrevistado fala da personalidade do mariense: “cada um é um e tem um jeito de receber. Cada um vai te contar a mesma história, mas de um jeito diferente, o jeito dele. É a nossa cultura. A gente não tem aquela cultura de cópia. (...) Vai no batatal de um, na lavoura do outro, é totalmente diferente,...”. Isso pode explicar porque não se proliferam os trabalhos em papel machê, por exemplo, tendo como modelo o Gente de Fibra, que é reconhecido nacional e internacionalmente.

Em relação a uma identidade geográfica, há um consenso. O clima frio foi citado por todos os entrevistados como um diferencial de Maria da Fé no estado de Minas Gerais e em relação a São Paulo e Rio. Os entrevistados gostam e se orgulham do frio.

(...) minha mãe amava Maria da Fé. Ela foi a primeira pessoa a dar notícia da geada daqui. Dava seis graus, cinco graus abaixo de zero e teve um dia que deu sete graus abaixo de zero. Ela ficou tão entusiasmada que ligou. Não era televisão, era rádio, dava as notícias todas e não deu nada de Maria da Fé. Ela ficou decepcionadíssima. Daí a pouco, deu, em edição extraordinária do Repórter Esso, do frio de Maria da Fé, das geadas. (Dona Nenzinha, Secretária de Turismo e Cultura 1997-2000)

Referem-se ao clima como um clima saudável, de ar puro, sem poluição. Falam ainda da altitude, das montanhas, do “mar de morros”, da beleza natural, de ser uma cidade pequena, do interior. Há características mais subjetivas atribuídas à cidade, como simplicidade e tranquilidade. Dois entrevistados a comparam com localidades visitadas na Itália.

5.3 Visão do turismo

Butler (2002) diz que, em qualquer momento, há pontos de vista contrários ao turismo. Em Maria da Fé, quando se começou a falar em turismo, muitos não acreditavam no turismo. Luiz Augusto diz que via o turismo como uma invasão. Fazer o curso dos monitores fez com que ele mudasse sua visão. Com certeza, o “mundo de fora da batata” foi o primeiro a adotar o turismo, como alternativa para se manter na cidade, resgatar a auto-estima e a dignidade. Era a possibilidade da realização de sonhos, como o Gente de Fibra, imaginado por Domingos Tótoro.

O “mundo da batata” acreditou menos no turismo, afinal, o turismo não dá retorno tão grande e tão rápido. Januário Bueno, que foi bataticultor e hoje é proprietário da Pousada Maria da Fé, considera que “até os passarinhos levaram vantagem. Você sai ali fora, eles estão comendo mamão. Morreu tudo por causa do veneno da batata, agora está criando de novo”. Seu filho, o artesão Leonardo Bueno, fala que não se ganha tanto, mas ganhou-se em qualidade de vida. Segundo Faria (2004), a monocultura provocou danos ambientais ao solo e

à água em Maria da Fé pelo uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos, pelas queimadas e pelo desmatamento de encostas, topos e nascentes, e a decadência da bataticultura deve-se também aos limites ambientais.

Dona Lourdinha (Fazenda Pomária) diz que mudar essa consciência foi a parte mais difícil, pois as pessoas “têm medo do estranho”, mas muita coisa melhorou, como o atendimento e a limpeza em qualquer estabelecimento comercial de Maria da Fé.

João Carlos, por exemplo, é ex-bataticultor, criou sua pousada há pouco mais de um ano e fala das dificuldades e adaptações que teve que fazer para receber as pessoas na própria casa, transformada em pousada. Um entrevistado conta de uma família que abriu uma pousada no seu antigo casarão por somente uma semana: “...‘a gente construiu isso daqui para a gente usar. Vai ficar pondo gente que a gente não conhece aqui?’”.

Muitos preferiram não arriscar ou investir. A questão de investir é um pouco mais complexa, porque, a princípio, essas pessoas não tinham mais de onde tirar dinheiro. Suas casas, inclusive, estão alienadas para os bancos. Dito Valério, do Sítio Arco-Íris, é dono de um supermercado e investiu parte do lucro do outro negócio e também do que ganhou no próprio sítio em melhorias. Ele reforça que tudo é uma questão de visão e crença.

Como me orientaram que o Sebrae ia tomar a frente, ia investir em cima, eu achei que se a gente fizesse parte, a gente ia conseguir um empréstimo para agilizar mais. Mas, na verdade, não foi isso, eles não arrumaram nada. Eu fui trabalhando lá no comércio e investindo aqui. Eu mexia também com agricultura, plantação de batatinha, milho, feijão... Tudo que eu ganhava, eu ia investindo aqui. Eu acho que os outros não acreditaram muito, eu acreditei que ia dar certo e investi em cima. Falta muito empenho. O povo parece que não acredita muito no turismo aqui em Maria da Fé. Eu acredito! (...) Já acreditei que ia dar certo e está dando certo. E eu acredito que no futuro vai ser bem melhor. (Benedito Valério, do Sítio Arco-Íris)

Dito Valério deixa claro que ele também acreditou que o apoio do Sebrae viria na forma de empréstimos ou facilitação destes. Esta sua visão explicará sua avaliação do Sebrae e mesmo o que ele espera do governo. Embora Dito seja um empreendedor, ele também espera um governo ou agentes mais assistencialistas. Esta pode ser uma das explicações para

aqueles que desistiram. Viam o turismo apenas como uma alternativa econômica e esperavam mais assistência, retorno maior e/ou mais rápido. Uma entrevistada arrisca: “quem sabe os fazendeiros, as outras pessoas não viviam disso? Era uma coisa secundária. Eu acho que tem essa diferenciação” (Renata Rocha, funcionária do Gente de Fibra).

Segundo Pearce, Moscardo e Noss (*apud* PEARCE & MOSCARDI, 2002), a visão do turismo é que faz com que as pessoas se posicionem, construindo o turismo e tornando os impactos “positivos” ou “negativos”. “Negativo, só quando não é bem feito. Porque quando é bem feito, só tem positivo. Por exemplo, número de visitantes de acordo com a capacidade de receber. (...) Se tudo é planejado, previsto, acho que só tem positivo” (Roselle, do Sítio Araucária). Patrícia, administradora da COM ARTE, diz que o turismo não precisa ter aspectos negativos, mas tem o vandalismo. Ela diz que a atual prefeitura pensa que o turismo é feito com festas, tipo o Carnaval de rua e, segundo ela, não é, porque

vem um pessoal que não vai gastar na cidade, que vai vir e voltar no mesmo dia, destruir o jardim.... (...) A gente quer a pessoa que vem para conhecer, para descansar, que curte ir na igreja ver as pinturas, que gosta do artesanato, que gosta desse clima, que gosta desse turismo rural. (Patrícia, administradora da COM ARTE)

Outros entrevistados criticam estas festas promovidas pela atual prefeitura.

Muitos que viram o turismo como alternativa econômica consideram que o negócio turístico não deu certo e pronto e acabou. “Foi uma esperança”, no passado.

Talvez foi o jeito que começou, muito grande e tinha que ser uma coisa construída aos poucos. (Conheceram) outras cidades que já estavam prontas, mas não foram lá perguntar que foram 20, 30 anos de construção, que não eram eles que iam colher os frutos e sim os netos. (...) Muitas vezes foi explicado, ‘não é hoje que sua fazenda vai estar pronta e acabada. Ela vai estar sempre em construção’. Pessoas do outro lado não sabem como são as coisas do lado de cá... (Renata Rocha, monitora de turismo e funcionária da COM ARTE)

Renata falou da cultura do imediatismo, apesar da orientação recebida. O processo de mudança é também feito de muitas idas e vindas relacionadas à uma cultura, que leva tempo para ser mudada.

Há também os que pensam no turismo como grandes construções e atrativos: “ah, São Lourenço é que é bom!”. Muitos consideram que o turismo se faz com pontos turísticos e Maria da Fé não está preparada e falta dinheiro, falta investimento. Outros pensam que Maria da Fé não deve mudar muito em função do turismo. O que ela tem para oferecer é justamente o “fazer nada”, descansar, uma experiência da vida no campo. “O turismo daqui é um turismo “nu”, digamos assim, ele não é maquiado para ficar assim (...) A gente tem que trabalhar em cima disso para manter essa característica, porém com uma estrutura melhor” (Leonardo Bueno, artesão). Pode-se melhorar locais que incrementariam a experiência, como o Pico da Bandeira, a Cachoeira Véu de Noiva e outras trilhas, até no sentido de “parar na casa de alguém para comer um bolo de fubá com café”.

Um dos aspectos negativos citados é justamente a visão que alguns marienses têm da própria cidade. Segundo um entrevistado, entre eles, pessoas que estão hoje na prefeitura: “Mas, a pessoa vem fazer o quê aqui? Não tem nada aqui”.

Outro aspecto negativo citado foi divulgar o que Maria da Fé não é. Alguns chegaram a falar que houve até “propaganda enganosa”, que frustra o turista que chega. Um dos entrevistados considera que errou ao dar um nome muito pomposo ao seu meio de hospedagem, que podia dar “uma impressão de uma infra-estrutura linda. O pessoal chegava aqui e ficava decepcionado”. Diz que já houve casos de pessoas que não quiseram ficar. Outra entrevistada relata que aconteceu o mesmo com ela. Avalia que o casal que não quis ficar devia estar acostumado com hotéis. A atual secretária de turismo colocou, por exemplo, que muitos turistas não querem banheiros fora do quarto e nem todos os meios de hospedagem estão adaptados assim.

Um dos proprietários diz que eles discutiram muito no início, com a agente do Sebrae, na volta da visita técnica a Lages, a diferença entre hotel fazenda e fazenda hotel. Criticaram muito o turismo dentro de áreas rurais, mas que não tinha mais nada de rural lá dentro, só os prédios, como um spa dentro de uma cocheira. Concluíram que isso não era turismo rural, mas é importante esclarecer o turista para ele saber o que vai encontrar. Ele quer ficar numa fazenda ou está procurando um hotel numa área rural?

... as pessoas colocam propaganda na internet de coisas que não existem, não sei como aparece. (...) sem meu conhecimento, colocam coisa que não existe dentro do meu estabelecimento. A pessoa vem achando... Às vezes, quando você vai descobrir, já é tarde. (Maria Regina Pereira, proprietária do restaurante Três Marias)

Leonardo Bueno, filho do proprietário da Pousada Maria da Fé, que fica na área urbana e tem um fluxo constante, diz que as pessoas “já vêm sabendo que não está bem estruturado. (...) São pessoas mais zen. (...) não se preocupam de comer um lanche, porque não tem um restaurante aberto. (...) de não ter onde ir hoje, porque está chovendo”. Na Pousada Maria da Fé, a pesquisadora observou hóspedes pedirem permissão aos proprietários para irem ao mercado, comprar ingredientes e executarem com outros hóspedes almoços, churrascos, lanches, que se transformam em experiências prazerosas de convívio. Durante a noite, Leonardo abriu uma pizzaria no próprio terreno da pousada.

Uma entrevistada fala ainda da resistência do pessoal da cidade ao turismo rural. Segundo ela, os comerciantes da cidade não viam benefício para eles, acreditavam que o turista passava ou passeava pela cidade, mas não consumia ali. A entrevistada alerta que eles não tiveram idéias para aproveitar essa “passagem” do turista, oferecendo coisas típicas de Maria da Fé.

Alguns, entre eles todos os entrevistados da COM ARTE, falam da integração do turismo, que começa com o povo se amando e cuidando da cidade, sendo amado por ela para receber bem o turista, sabendo dos valores de sua terra para indicar e mostrar para os turistas e

se unindo para tomar decisões. Vale ressaltar que a partir desta visão, apontam como aspecto positivo do turismo, a troca cultural e o aprendizado. E o negativo é o que uma das entrevistadas chamou de desmembramento. Cada grupo ou pessoa foi para o seu canto e muitos desistiram. Um entrevistado diz que se a união tivesse se mantido, “nós já estávamos muitos anos na frente”.

A união inicial aconteceu no grupo que formou o Conselho Municipal de Turismo. Um dos itens mais importantes que levaram o Sebrae a escolher Maria da Fé para o projeto piloto foi a existência do Conselho. Isto pressupunha uma certa mobilização. Realmente um grupo interessado em desenvolver o turismo em Maria da Fé tinha se formado para conseguir o Selo de Potencial Turístico. Dona Lourdinha, da Fazenda Pomária, conta que numa conversa entre ela e Patrícia Bustamante, então Secretária Municipal de Agricultura, em que comentavam sobre a derrocada da batata, a situação financeira e os homens desolados, surgiu a questão da vocação turística de Maria da Fé. Patrícia lembrou de um documento com as exigências para obtenção do Selo, dentre elas a criação do Conselho. Valdemar Zaroni (do restaurante Varandas) lembra que faziam parte deste grupo ele, dona Lourdinha, a Roselle do Sítio Araucária e seu marido, filha e genro de dona Lourdinha, o Joaquim da dona Jurema, do Sítio Shangri-lá, a Mariléia, irmã de Valdemar, e o Zé Rogério, também filho da dona Lourdinha. Reunindo-se praticamente todo dia, com a ajuda de um advogado e da Patrícia, em quinze dias, prazo limite, eles montaram o Conselho de Turismo, enviaram a documentação e receberam o Selo. Não houve eleição, as pessoas aceitaram os cargos para compor, segundo Dona Lourdinha e Valdemar. Depois, sob consulta, quiseram manter os cargos e continuar o trabalho. Dona Lourdinha não se lembra se era ela a presidente e Patrícia Bustamante, vice, ou vice e versa. Valdemar fala que não era uma questão de cargos:

não tinha presidente, vice-presidente, não tinha nada, nós éramos um só lá dentro. Quando sentávamos e havia uma discordância, nós debatíamos nas reuniões, falávamos e quando chegávamos a um consenso, partíamos todos naquele consenso,

até quem discordou. (...) Então, vamos trabalhar juntos para que aquilo aconteça.
(Valdemar Zaroni)

Valdemar fala também da tentativa, já nessa época, de fazer propaganda e da sorte que tiveram com a entrada do Sebrae. Segundo ele, com a criação da Secretaria de Cultura e Turismo, em 1997, as idéias deste grupo, já instituído como Conselho, foram consideradas pela primeira Secretária e depois pelo segundo Secretário. Quando não foram, numa terceira gestão, estas pessoas se afastaram. Mas Mariléia também lembra que o Conselho de Cultura, já na primeira gestão (1997-2000), terminou com apenas ela, dona Nenzinha e Maria Lúcia da Estância Fazenda Velha trabalhando nos tombamentos. Não havia participação.

O que Valdemar considerou uma “sorte”, já é avaliado por outros como o início dos problemas que levaram à desmobilização. José Rogério Fernandes, do Pomária Parque Hotel, e Maria Lúcia, da Fazenda Estância Velha, dizem que com a institucionalização, a ligação à Prefeitura, eles perderam a autonomia: “O Conselho não tinha autonomia. Tudo o que queria fazer dependia do poder público ou de uma outra coisa. (...) Sempre tinha alguma coisa para impedir as ações. A gente tentava buscar, mas muita coisa morria, muito projeto não tinha como ir para frente”.

Em relação ao Sebrae, falam da grande expectativa criada, principalmente em relação a financiamentos. Mariléia Zaroni diz que uma parte das pessoas já desistiu quando o Sebrae disse que dependia da comunidade, do desejo de trabalhar, fazer e realizar.

Quando o Conselho ainda não era oficial, mas um grupo, Valdemar, por exemplo, chegou a fazer propaganda na televisão. No Conselho, eles começaram a tentar viabilizar as ações através da Prefeitura. Quando assumiu o atual governo municipal e eles foram destituídos do Conselho, ressentiram-se e consideraram-se excluídos do processo. Muitos dizem que estão “quietinhos”, esperando para ver o que vai dar. Com a participação da Prefeitura e do Sebrae, eles criaram uma relação de dependência. Isso ficará ainda mais claro

justamente nos dois fatores seguintes: a visão do papel do Estado e o processo de participação e o Sebrae.

5.4 Visão do papel do Estado

Todos os entrevistados se reportaram ao governo municipal. Um ou outro citou responsabilidades dos governos estadual e/ou federal. Isto mostra como a participação e o exercício da cidadania se tornam mais visíveis quanto mais próximo da realidade das pessoas ele se dão e corrobora a idéia de que o desenvolvimento se dá a partir do local e regional.

Há aqueles que acreditam que, em relação ao turismo, o governo municipal não deve fazer nada além da sua obrigação, que seria: cuidar da cidade (a limpeza e os jardins foram os itens mais citados); olhar pela saúde, educação e segurança e manter as estradas. Um dos entrevistados disse que uma vez sugeriu a adoção dos canteiros pela iniciativa privada, como existe em outras cidades. Mas uma pessoa da prefeitura sentiu-se ofendida, porque, segundo ela, só é adotado quem não tem pais. Isso revela a confusão sobre de quem é a responsabilidade pelos espaços públicos. Os responsáveis são todos, inclusive o governo (TORO e WERNECK, 2004). Uma outra entrevistada disse que, se a prefeitura não regasse as cerejeiras plantadas em homenagem aos cem anos da imigração japonesa no Brasil, ela mesma o faria, afinal, as cerejeiras também são dela.

A falta e, principalmente, o estado das estradas existentes são colocados como o grande motivo para que duas das propriedades rurais desistissem, justamente as dos dois proprietários não entrevistados. Um, depois de recusar-se a dar a entrevista, ligou para a Secretaria de Cultura e Turismo, reclamando de ter sido indicado para a entrevista. A Secretaria explicou que não havia indicado. Parece que a revolta é dirigida à prefeitura. Algumas destas estradas passam dentro de propriedades rurais, mas, segundo Luiz Augusto,

são estradas vicinais que não dão condições de acesso hoje a reservas naturais, cachoeiras, matas e picos, que poderiam ser visitados. Falam também da estrada Maria da Fé/Cristina por onde passariam os turistas vindos do Rio de Janeiro e Juiz de Fora. “Você não faz turismo sem estrada. (...) Tá tudo morrendo, em estado de coma, sem estradas” (Dona Lourdinha, da Fazenda Pomária).

Luiz Augusto diz que o governo estadual poderia cuidar da parte educativa, com cursos e consultorias de profissionais, e dona Nenzinha comenta que é preciso rever a lei do ICMS Cultural, de forma que o que retorna para o município tenha que ser reinvestido em cultura, o que já é uma discussão nacional. Em relação às leis municipais referentes ao tombamento, Dona Nenzinha e Mariléia Zaroni, que já participaram do Conselho de Cultura, consideram que estas leis deveriam ser mudadas para estimular mais os tombamentos. Hoje, a lei municipal estabelece que a prefeitura entre somente com a mão-de-obra na pintura externa das edificações tombadas.

Outros entrevistados já pensam que a prefeitura poderia contribuir mais, fazendo propaganda da cidade; um portal na entrada, algo como um centro de informações turísticas, que, para todos os efeitos, funciona no Centro Cultural, sede da Secretaria de Cultura e Turismo; eventos e disponibilizando verbas para viagens, como no caso do artesanato, e para melhorias nas propriedades rurais.

Muitos entrevistados, que não participam mais de associações ligadas ao turismo, participam da Associação Fé e Cidadania, apostolado da igreja católica que, em Maria da Fé, assumiu um caráter de denúncia e reivindicação junto à prefeitura. Vale lembrar que a mobilização é um movimento de ação e não de reivindicação ou denúncia.

O fato é que a prefeitura absorveu muitos projetos e pessoas no início do processo: o convênio com o Sebrae e com a FAAP, Maria da Fé: Quatro Estações, o projeto da AMOTUR

dentro das escolas municipais, monitores e líderes que se tornaram secretários e membros dos Conselhos. Ou melhor, as pessoas foram restringindo sua atuação aos espaços do governo municipal. Quando a prefeitura retirou seu apoio em 2005, o “baque” foi muito grande. E maior para os grupos sem sustentabilidade econômica, como a AMOTUR. Por isso, acusam a prefeitura pela descontinuidade do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, consideram uma sorte terem tido duas gestões que mantiveram as políticas e projetos de turismo na cidade. Isto demonstra uma visão de que o governo é o responsável.

No começo, até se confundiu muito isso aqui: o turismo como sendo propiciado pela prefeitura. Quando começou dependia demais, tanto do Sebrae, que começou, quanto da prefeitura, da secretaria de turismo. Ficou um envolvimento assim. Chegou uma hora que eles tiraram de uma vez. Isso foi um aspecto muito negativo. Eles estavam muito ali, fazendo, fazendo. De repente, sai de uma vez. Cada prefeito que entra tem uma cabeça. Falta um planejamento para dar continuidade. Algo que seja contínuo. (José Carlos, da Pousada JC)

O próprio João Carlos e outros fazem também a crítica da comunidade.

Só que tem uma mentalidade aqui em Maria da fé, que eu acho errado, de que a prefeitura é obrigada a fazer tudo e a iniciativa privada não é obrigada a fazer nada. Ela tem que fazer algumas coisas que são responsabilidade dela, a iniciativa privada tem que fazer algumas coisas também. E a iniciativa privada não investe. Esse é um dos pequenos problemas, que o Sebrae não conseguiu mudar a cabeça da população. (Augustinho, ex-presidente da AMOTUR e AMART)

A questão da continuidade das políticas públicas é outro problema comentado pelos autores e pelos entrevistados. Um dos entrevistados chega a falar que a administração pública deveria ter uma certa “neutralidade” em relação às pessoas malquistas pelos governantes, problema que se intensifica em uma cidade de interior, onde todo mundo se conhece.

Nesse caso, não há duas ou mais visões de governo, mas uma certa confusão mesmo sobre até onde vão as responsabilidades do governo, mesmo que este assuma outras numa determinada gestão. O mesmo entrevistado podia dizer que o governo não devia fazer nada além da sua obrigação e depois cobrar uma ação que não é exatamente uma obrigação restrita ao governo.

5.5 O processo de participação e o Sebrae

O Sebrae teve um papel em Maria da Fé do Produtor Social em um processo de mobilização, embora não fosse essa a sua intenção. O Produtor Social cria condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais, cuidando para que os valores de participação, democracia, cidadania e de ser “público” sejam mantidos. Ou seja, tem que começar pela mobilização, fazendo com que as pessoas abracem a causa e se sintam capazes de decidir e agir. Jussara Maria da Rocha Silva (2003), técnica do Sebrae em Maria da Fé, diz que o objetivo do Sebrae era desenvolver, em propriedades rurais produtivas, alternativas ligadas ao turismo, que agregassem valor à atividade da fazenda, observando as questões ambientais, culturais e agrícolas. Para isso, o Sebrae procurou identificar a cultura local, verificar o nível de confiança entre as pessoas e integrar a área rural e o núcleo urbano (SILVA, 2003). Jussara ainda diz que informação foi a principal matéria-prima de todo o trabalho e com a informação buscou-se “envolver atores apaixonados e motivados para construir o futuro coletivamente”.

Ao chegar em Maria da Fé, a técnica do Sebrae detectou a baixa auto-estima e descrença gerada pela decadência da batata. Segundo Walter Alvarenga, Secretário de Turismo entre 2001-2004, o próprio pessoal do Conselho confrontava o Sebrae, dizendo que o projeto não ia dar certo. Como “o projeto previa uma construção coletiva do programa (...), o Sebrae teve que criar uma metodologia de resgate da auto-estima, que não existia. Tanto que ficou conhecida como metodologia Maria da Fé” (Waltinho). Segundo Walter, foram dois anos neste processo, antes de iniciar o programa propriamente dito. Nas primeiras reuniões, não ia ninguém. Depois, cada um que ia assumiu o compromisso de levar mais um até chegarem em salas lotadas com até duzentas pessoas. O Sebrae chegou nos líderes. Todos os

entrevistados reconhecem uns aos outros como pessoas atuantes na comunidade, mesmo antes da entrada do Sebrae.

Todos lembram da importância de Jussara Rocha no processo. A técnica do Sebrae talvez tenha tido o papel de catalisadora: uma pessoa confiável e que, na tradição freiriana, deve ter o bem estar geral da população no coração e não estar à procura de um benefício material (MITCHELL e REID, 2001). Embora, Jussara estivesse fazendo o seu trabalho, os marienses sentiram sua fé e crença na cidade, seu empenho. Após a saída do Sebrae de Maria da Fé, Jussara tornou-se sócia de um mariense no negócio das oliveiras.

O diagnóstico foi feito pela própria comunidade, como indica Brandon (1999). Walter diz que o curso para os monitores de turismo foi criado pensando nos jovens que queriam ir embora da cidade pela falta de oportunidades. “O Sebrae aproveitou a idéia, que não era um projeto dele, e aí começou a ter um clima favorável de idéias, começaram a surgir um monte de coisas. (...) as pessoas podiam interferir no destino da sua localidade, através do turismo” (Waltinho).

O Sebrae apresentou um imaginário: o desenvolvimento do turismo ou alternativas de desenvolvimento para Maria da Fé, porque não ficou só no turismo e entrou com as informações, os consultores, os profissionais, os cursos. Em alguns casos, como o da restauração da igreja, usou de suas relações, da força da instituição para conseguir recursos. E as pessoas conseguiram chegar no ponto de criar alternativas de atuação. Houve também uma preocupação do Sebrae de que os grupos se constituíssem legalmente até para conseguir posteriormente financiamentos, por exemplo. Os grupos que se constituíram legalmente foram o Gente de Fibra, que desdobrou-se na COM ARTE, a APANFÉ e a AMOTUR.

O campo de atuação poderia continuar se expandindo, chegando, por exemplo, na população rural e não só nos proprietários rurais e buscando sempre os jovens. Alguns

entrevistados falaram de um trabalho do Walter, enquanto secretário, nesse sentido. A própria Jussara cita um Projeto de Redescobrimto Rural pós-Sebrae. Parece que havia uma visão de como o movimento poderia ampliar-se. Walter diz que quando ele assumiu a Secretaria de Cultura e Turismo, no ano em que o Sebrae deixou Maria da Fé, a Jussara ainda sentou-se com ele para mostrar o que havia sido feito e o que ainda deveria ser feito no Plano de Ações Integradas, desenvolvido pelo COMTUR, após o período de sensibilização. Este plano pode ser considerado como metas estabelecidas para que o movimento avaliasse se estava mudando na direção desejada, conforme Toro e Werneck (2004).

A coletivização, divulgação dos resultados para os participantes e a sociedade em geral, acontecia através do Sebrae: “havia interação entre as pessoas pelo Sebrae. Porque aqui você não conseguia fazer diretamente junto com o outro. O Sebrae foi essa ponte” (Joaquim). A coletivização é essencial para manter o entusiasmo dos participantes, reforçar a identidade do grupo para si e para os outros, estimular outros a participarem e argumentar junto a possíveis financiadores. Walter, não como secretário, criou um jornal que não se manteve e que tinha como objetivo falar dos “novos horizontes de Maria da Fé, o que vinha pela frente...”. Abriu também uma agência receptiva, que integrava os participantes, mostrando ao turista o que ele poderia conhecer em Maria da Fé. Depois tornou-se secretário e atualmente é o gestor do Circuito Caminhos do Sul e não manteve as outras atividades. O jornal Novo Horizonte acabou e a agência encontra-se em suspenso.

Dona Lourdinha também fala da tentativa de parte dos proprietários rurais de montar uma agência receptiva. Não conseguiram se manter financeiramente. A Associação Mariense de Turismo, criada por volta de 2002, poderia assumir este papel, mas estava “meio parada” desde que assumiu a nova diretoria em 2005.

O Sebrae retirou-se de Maria da Fé em 2001, deixando aberta a possibilidade de cursos e consultores, de acordo com as demandas dos grupos existentes. Nos processos de

mobilização social, descritos pelos autores estudados (HENRIQUES, 2002; TORO e WERNECK, 2004; RABELO e SUZINA, 2005; BOECHAT, MIRAGLIA e WERNECK, 2005 e MAFRA, 2005), o Produtor Social não se retira do processo. Embora o Sebrae não tenha se colocado enquanto tal, foi essa a função que exerceu no processo e quando ele saiu este papel não foi assumido por outro grupo. O imaginário está se enfraquecendo. Os entrevistados dos grupos que permanecem ativos, como a COM ARTE, pensam que eles poderiam contribuir mais e até tentam, mas concentram-se nos seus objetivos mais diretos. O campo de atuação tende a se estreitar com a saída de participantes e a não inclusão de novos. Não há mais indicadores e metas coletivas. A coletivização é praticamente inexistente, a ponto de alguns não saberem muito bem se as propriedades rurais que ainda atuam continuam atuando ou não acreditarem muito nessa atuação. O turismo está mais concentrado atualmente na área urbana. A saída do Sebrae de Maria da Fé coincide com a saída da técnica Jussara Rocha do Sebrae. Segundo os entrevistados, isso também dificultou aos grupos recorrer ao Sebrae, porque, para eles, a Jussara personificava o Sebrae: “ah, sem a Jussara não era mais a mesma coisa”.

Os produtores rurais foram foco do trabalho do Sebrae e muitos deles faziam parte do grupo que fundou o Conselho. Esse grupo não se formalizou. Os entrevistados acreditam que José Braga da Fazenda São José da Cachoeira e Ana Lecy Prince da Fazenda Monte Alegre, que não quiseram ser entrevistados, pararam por serem mais distantes e as estradas estarem muito precárias. A EPAMIG é um caso específico, pois deixou de atuar pela mudança na sua direção e demissão do funcionário que havia ficado responsável por receber os turistas, o Augustinho (ex-presidente da AMOTUR e da AMART).

Além da questão das estradas, apontam problemas particulares, como doenças, mortes e dissolução de sociedade, para a desistência em relação ao turismo. Alegam também falta de fluxo turístico para sustentabilidade econômica do empreendimento. As missões do Sebrae

ainda mantiveram o fluxo por um período. Quando o Sebrae deixou de levar as missões, o fluxo caiu. Alguns avaliam que eles também não se reuniram para discutir soluções, como fazer propaganda, por exemplo. Como era apenas uma alternativa econômica para eles, foram deixando de lado. Entretanto, os grupos que continuaram também tiveram dificuldades e buscaram soluções.

Cada um por uma razão foi parando. A falta de gente que vinha é uma dificuldade técnica. Era só ir lá fora e falar pro cliente 'olha, tô aqui, eu existo'. (...) As missões técnicas vinham organizadas pelo Sebrae. O Sebrae chegou 'agora, nós estamos indo embora. O que vocês quiserem, peçam que eu trago'. (...) E nós não pedimos nada. Pouco fizemos. Nós podíamos ter chegado lá no Sebrae e pedido 'agora eu quero chegar lá no cliente'. (Joaquim do Sítio Shangri-lá).

A desistência de cada um não foi comunicada ao grupo. Questiona-se se os proprietários rurais chegaram a constituir um grupo, mesmo que informal. Brandon (1999) diz que a competição entre proprietários pode dificultar a união. Alguns falam num recomeço, mas individualmente. Sobre investir individualmente ou em grupo, Brandon (1999) diz que cabe uma análise de retorno para avaliar se haverá benefícios suficientes para serem divididos. Na mobilização também não é necessário o trabalho coletivo. Cada um pode fazer a sua parte, mas todos com o mesmo objetivo. A coletivização ou troca de informações motiva a continuação desse trabalho mais solitário. Já a bibliografia sobre empoderamento diz que quando não se tem poder sozinho, pode-se adquirir o poder com, fazendo junto, mas é preciso confiar uns nos outros. Renata Rocha da COM ARTE explica isso na sua análise das dificuldades do trabalho coletivo.

Quando você pega uma coisa sozinho, não é que ela é mais fácil, ela é mais rápida. Pode ser mais fria, mas é mais rápida. Quando é um grupo e você depende de todo mundo, é um negócio muito difícil. Você está lá fazendo tudo para dar certo, mas, às vezes, o jeito que você está fazendo não é certo e você acha que está fazendo do jeito certo. O outro não faz e às vezes o que o outro está fazendo é certo. (...) É muito complicado. Agora, quando você está sozinho, se estiver errado, pronto, você torna a fazer e acabou o assunto. (Renata Rocha, funcionária da COM ARTE)

Para trabalhar em grupo, há que se respeitar regras. O jeito certo é o que foi combinado, mesmo que em alguns momentos pareça desvantajoso individualmente. Algumas

pessoas só aceitam as regras quando precisam do grupo ou quando as regras trazem vantagens particulares. Leonardo Bueno, artesão, foi expulso da COM ARTE. Ele diz que a Cooperativa foi muito boa no início, mas depois tornou-se um peso, porque ele não precisava mais dela.

O Sebrae pode ter avaliado mal o estágio de participação, pois Jussara Rocha Silva (2003) fala que a confiança e a união haviam se estabelecido. Embora Jussara destaque as questões da identidade local, da sensibilização, da mobilização e do nível de confiança entre as pessoas, este não é o foco da direção do Sebrae, conforme foi dito por Mônica Alencar, técnica responsável pelo Programa Sebrae de Turismo no Sebrae/MG, à pesquisadora: “o foco do Sebrae é o empreendedorismo”.

Foram justamente os proprietários rurais, focados pelo Sebrae como empreendedores, que desistiram, alegando, sobretudo, falta de dinheiro e apoio da Prefeitura. Faltou maior atitude empreendedora. Ou interesse em investir no empreendimento turístico, que era apenas mais uma fonte de renda, segundo Maria Lúcia, da Estância Fazenda Velha.

Vinham as informações, mas é muita coisa para você digerir e pôr em andamento. (...) Eles esperavam muito da gente. (...) Todo mundo que se envolveu não tinha um capital, a coisa foi indo apertada. Então, a expectativa deles na construção de estrutura era grande e a gente não tinha fluxo tão grande que nos possibilitasse absorver e pôr as coisas em prática. (Roselle, do Sítio Araucária)

As pousadas e o hotel da área urbana trabalham de forma mais individual. Apenas um dos proprietários faz parte hoje da diretoria da AMART e está preocupado com a integração do turismo.

Depender da atividade econômica em questão é uma diferença entre os grupos que continuaram e os que não continuaram. Os entrevistados da APANFÉ falam que já passaram por dificuldades financeiras tão grandes que muitos pensaram em desistir, mas na conversa na associação encontraram uma solução para permanência daqueles que estavam com dificuldades. No caso deles, foi o mutirão.

Quando a gente chegou num momento de união, mas também de um certo fracasso na nossa associação por motivos financeiros, surgiu a idéia da gente trabalhar em sistema de mutirão. Começamos a organizar mutirões, faz numa propriedade, faz em outra. E o espírito foi, se um parar, o outro pára e tivemos essa idéia excelente. Agora, estamos com a idéia de fazer alguns trabalhos em mutirão. Hoje, a gente trabalha também com a ABB (Associação Brasileira Biodinâmica) e ela vai promover um evento nacional aqui em Maria da Fé. Eles incentivaram o mutirão também. (José Ivo da Silva, Vice-presidente da APANFÉ)

A sustentabilidade econômica sem dúvida é muito importante, mas depende das circunstâncias. Domingos Tótorá destaca que assim que o Gente de Fibra começou, eles vieram para uma Feira em Belo Horizonte, através do Mãos de Minas, e isto foi muito importante, porque eles começaram a ter encomendas. O primeiro dinheiro que entrou foi investido na compra de uma máquina misturadora e o lucro foi dividido: “...dez reais para cada um, nós ficamos ricos. (risos) Nós até então não tínhamos visto um tostão de nada. Mas eu falei que é engraçado, porque nós não pensávamos nisso, de receber o dinheiro” (Valéria, presidente da COM ARTE e artesã do Gente de Fibra). Três aspectos devem ser destacados: o re-investimento no próprio negócio, a não expectativa de retorno imediato e de grande retorno. O foco nas recompensas não-financeiras é importante para a manutenção da mobilização.

Trabalhar com amor. Eu pensava assim ‘o que será?’. Você trabalha, igual eu trabalhei dois anos, trabalhei com responsabilidade, mas era uma obrigação você fazer aquilo tudo. E esse trabalho, além de você ter uma renda, eu descobri assim, eu trabalho sem aquela preocupação, trabalho assim com carinho, com amor. Igual uma vez eu li ‘se você faz aquilo que você gosta, você passa o resto da sua vida sem precisar trabalhar’. Quer dizer, uma coisa compensa a outra. Você trabalha com amor e o retorno vem automaticamente. Financeiramente. (Maria Helenice, artesã do Gente de Fibra)

Por outro lado, há que se buscar a sustentabilidade financeira. O ex-presidente da AMOTUR disse que nunca cobrou dos turistas como guia, mas isso impediu que muitos jovens continuassem a desenvolver o trabalho de monitor. Eles acabaram de formar uma terceira turma, completando vinte monitores, mas não desenvolvem nenhum trabalho.

Outros pontos que se destacam entre os grupos que continuaram e os que pararam é o enfrentamento da necessidade de mudar, o saber ouvir e a busca constante por novos aprendizados e parcerias.

Quando ele me chamou, ele (*Domingos Tótora*) queria se organizar como uma empresa, ele queria melhorar, porque assim, é muito engraçado, quando eu cheguei lá, eles anotavam o pedido em papel de pão. (...) Eles tinham um computador e ninguém sabia ligar. Eles ganharam da Fundação Banco do Brasil, a fundo perdido: computador, máquinas para agilizar o processo e eles não sabiam usar. Eu falei ‘meu Deus do céu!’. Aí, eu comecei a informatizar, colocar no computador, fazer umas planilhinhas, porque eu vi que o objetivo deles era se tornar uma empresa, eles estavam super amadores ainda. Eles recebiam pedidos no telefone de casa. Eu falei ‘não, não, vamos botar uma linha, vamos botar internet’. A gente começou a receber por e-mails. Logo, a gente viu que a internet estava dando super certo: ‘vamos colocar um *site*’, que aumentou as vendas assim em 50%. É buscar crescer, mas se organizar. Tem muitas técnicas que a gente podia aplicar aqui e não aplica. A gente sempre está correndo atrás de alguma coisa nova. (Patrícia, administradora da COM ARTE)

As mudanças propostas por Patrícia e outras pelas quais a COM ARTE e o Gente de Fibra passaram não foram aceitas sem conflitos. Patrícia reconhece que muitas vezes estava errada e ouviu os mais experientes. Outras vezes, foram em busca de consultores que trouxessem o conhecimento e o olhar de fora para tentar resolver os impasses.

O mariense tem muito medo de mudança, tudo que vai mudar, seja quebrar o jardim e fazer um mais bonito, ele tem medo. Ele fala ‘nossa, mas será que o tijolo vai dar? Nossa e se não der certo? E se o outro prefeito destruir?’ Ele pensa muito e faz bem pouquinho. Todo mundo que vem aqui nota isso e aqui dentro não. Aqui dentro ou você dá um jeito de mudar ou você não fica aqui dentro. (...) Eu acho isso importante. Essa tolerância com a mudança. Eu antigamente era assim ‘ah, vai mudar isso’. ‘Ah, meu Deus, é tão bom do jeito que está’. Às vezes, no começo é ruim, depois você vai vendo o que é positivo na mudança. Toda mudança, não adianta, você perde e ganha alguma coisa, mas a gente só tem medo de perder. A gente só quer ganhar. (Renata Rocha, funcionária da COM ARTE)

As pessoas da COM ARTE também contaram da disponibilidade para fazer cursos, estudar à noite e nos finais de semana. Demandaram do Sebrae um curso para os novos artesãos e queriam cursos para se aprimorar, mas o Sebrae retornou dizendo que em relação ao artesanato em Maria da Fé não tem mais o que ensinar para eles, eles é que vão ter que ensinar para outras pessoas. Recentemente, eles terceirizaram a loja da Cooperativa, avaliando que os custos eram elevados. Um consultor do Sebrae auxiliou na avaliação. Mas não

buscaram parcerias só no Sebrae, citam parcerias com professores da Faculdade em Itajubá, especialistas, como um contador em Maria da Fé e a mídia em São Paulo.

Recentemente, o Gente de Fibra ganhou o selo IQS (Instituto de Qualidade Sustentável): ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo e estava entre os 10 finalistas do Projeto Generosidade da Editora Globo. Durante seis meses, as revistas da Editora Globo (Época, Quem, Marie Claire, Criativa, Cresceu, Casa & Jardim, Autoesporte, Monet, Galileu, Pequenas Empresas & Grandes Negócios e Globo Rural) contaram histórias de brasileiros que estão “mudando a cara do país”. Além das reportagens, 500 leitores escreveram suas histórias. Jornalistas da Editora escolheram as 18 melhores histórias publicadas e as oito melhores histórias de leitores. Os especialistas da área social (Veet Viva, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI; Veronika Paulic, do Instituto Polis; Luiz Carlos Merege, do Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas; Marcos Kisil, do Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social - IDIS; Márcia Magno, da comunicação corporativa e responsabilidade social de O Boticário e pelo Bradesco) escolheram os 10 finalistas, no qual o público votou pela internet entre junho e julho de 2007. O vencedor ganhou R\$100 mil para realizar um projeto. O Gente de Fibra também já apareceu no Globo Repórter e no Mais Você, programa da apresentadora Ana Maria Braga.

Iorio (2002) diz que essas parcerias dão visibilidade, o que aumenta a proteção do grupo contra a possível violência do Estado e de oligarquias locais e possibilita alianças com grupos de influência, inclusive para obtenção de financiamentos.

Na APANFÉ, eles se preocupam em não precisarem ser carregados o tempo todo em referência ao projeto que atualmente desenvolvem com o Sebrae: “Eu acredito que vão surgir novos projetos. Nós vamos atrás de outros projetos... (...) Nós podemos ficar fortalecidos para

poder caminhar com as nossas próprias pernas. Isso é que é importante” (Sérgio Lambiase, da APANFÉ).

Alguns vêm na saturação de localidades turísticas próximas, como São Lourenço, uma oportunidade para Maria da Fé: os turistas vão começar a procurar locais menos saturados. Neste sentido, uns temem a entrada de investidores “de fora” de Maria da Fé, que vão tomar para si os turistas e outros acreditam que é até bom, porque estes investidores vão atrair turistas, fazer propaganda e vai “sobrar” para eles. Mas isso não ultrapassa a cultura do individualismo e de tirar vantagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação era analisar possíveis fatores que afetam a participação da comunidade de Maria da Fé no planejamento e desenvolvimento sustentável do turismo, distinguindo grupos que permanecem daqueles que desistem. Os possíveis fatores foram levantados a partir do referencial teórico escolhido. Foram destacados os seguintes fatores: cultura e identidade local, que está ligada à construção histórica, à geografia e à economia; visão de turismo; visão do papel do Estado; processo de participação e atuação de agentes internos e “externos” à comunidade.

O primeiro fator tem a ver com o fator cultural e a formação da identidade local. A questão da identidade relaciona-se com a visão que se tem de si, da comunidade e do local. Para participar, as pessoas precisam sentir-se capazes pela valorização do que se é, ou no caso da identidade local, do que “nós” somos, diferentes dos “outros”. Isso traria maior auto-estima e auto-confiança para buscar o desenvolvimento.

A identidade de Maria da Fé ainda encontra-se marcada pela monocultura da batata, iniciada nas décadas de 40 e 50 e decadente na década de 90. O cultivo da batata levou ao desenvolvimento de uma cultura individualista, imediatista, de expectativa de alto retorno financeiro e consumista. Essa “cultura da batata” resulta em dificuldade de associar-se pela sobreposição dos interesses individuais que só visam ganhos pessoais aos interesses coletivos e à expectativa de que as alternativas econômicas, como o turismo, gerem retorno alto e rápido, fazendo-os não persistirem.

O fator sócio-cultural e identitário revelou-se um dos fatores que diferencia os grupos que continuam a atuar dos que desistiram ou das pessoas que sequer se dispuseram a participar. As pessoas entrevistadas dos grupos que permanecem não pensaram o turismo inicialmente apenas como uma alternativa econômica, mas como uma oportunidade de

aprendizado, de algo pelo que se interessam, idealizam e são apaixonadas. Reinvestiram e consideraram o retorno financeiro consequência. Os que desistiram demonstraram maior dificuldade de associarem-se para solução de problemas comuns, esperaram maior retorno em menor tempo e transferiram responsabilidades que poderiam assumir para o governo, principalmente o municipal.

Mesmo a solidariedade no campo social era mais individualista, assistencialista e uma forma de demonstração de poder econômico daqueles que podiam doar maiores quantias. A “época de ouro da batata” precisa ser resignificada, reinterpretada, não apenas como uma época de grande riqueza, mas também como essa época de individualismo e de danos ambientais, para ser ultrapassada. Outros aspectos podem ser revalorizados, como o rural e suas tradições.

Em relação à visão de turismo, destaca-se que a identificação do turismo com uma invasão relaciona-se entre outras coisas com a acomodação nas residências privadas, principalmente para aqueles que não admitiram fazer essa concessão. Vale ressaltar que a acomodação em residências privadas é uma forma mais fácil de integrar o turismo, ou seja, desenvolvê-lo de acordo com padrões culturais e comportamentais da comunidade. Essa visão inicial gerou resistência ao turismo. Outras visões que prejudicaram o desenvolvimento do turismo em Maria da Fé foram a de que este seria apenas mais uma alternativa, a de que o foco no turismo rural não beneficiaria a parte urbana e a de que o turismo se faria com grandes construções e pontos turísticos. Encarar a atividade como uma segunda ou terceira fonte de renda fez com que alguns dos proprietários rurais tenham desistido da atividade diante das dificuldades.

A distinção entre área urbana e rural num município pequeno, como Maria da Fé, é feita provavelmente muito mais pela população do que pelo turista. Cabe aos comerciantes e empresários da cidade aproveitarem as visitas dos turistas à cidade, mesmo quando

hospedados nas fazendas, o que faz, por exemplo, a COM ARTE, com a loja de artesanato. Aliás, muitos acreditam que de fato o artesanato tornou-se o grande atrativo de Maria da Fé.

Acreditar que o turismo implica em grandes construções e pontos turísticos faz com que muitos não duvidem de que Maria da Fé possa ser atraente. Volta-se à questão da identidade local, com a não valorização da tranquilidade, da simplicidade e do espaço rural.

A questão citada da “propaganda enganosa” pode estar relacionada com a visão que os turistas têm do que seja turismo rural. Os turistas podem querer uma aparência do rural com todas as comodidades do urbano e mais do que isso, dos grandes centros urbanos. A própria forma como o turismo rural se desenvolveu no Brasil pode ter fortalecido essas expectativas. Cabe uma pesquisa futura sobre as expectativas e necessidades dos turistas em Maria da Fé, que identifique o segmento que quer desfrutar o clima frio, descansar, caminhar ou desenvolver outras atividades físicas no campo, conhecer um pouco da história, da igreja e do artesanato do município.

A visão de que o turismo se faz com festas ou eventos depende da cultura local. Em Maria da Fé, reclamam de festas como o Carnaval, que destrói, suja e que não leva as pessoas a se hospedarem ou consumir na cidade. Mas, sentem saudade da tradicional Festa de Agosto, citam a Feira de Artesanato, o encontro que houve da agricultura biodinâmica e ainda, “encontros” promovidos pelos próprios turistas, como os de bicicletas, de jipes e de romeiros, que vêm ao encontro dos valores que prezam.

A visão que se tem do turismo leva as pessoas a acreditarem ou não na sua possibilidade, apoiarem ou não e desenvolvê-lo em direção às suas crenças e valores. Em Maria da Fé, não há um consenso sobre que turismo desejam desenvolver. Os que continuam não conseguem discutir juntos esta e outras questões.

Já a visão que se tem do papel do Estado não distingue grupos que permanecem atuando dos grupos e pessoas que desistiram. Esta parece ser uma questão cultural mais

complexa. Já há uma noção de que o governo não tem que prover tudo, talvez fruto da mudança cultural que se processa desde a década de 80 no Brasil com a mobilização e institucionalização de organizações da sociedade civil. Entretanto, mesmo os que sabem que não podem esperar tudo do governo, se contradizem em seus discursos, mostrando ressentimentos, principalmente em relação ao apoio que a prefeitura de Maria da Fé já deu e foi retirado na administração que iniciou-se em 2005. Todo o apoio é bem-vindo, mas não deveria criar dependência.

Houve uma mobilização em Maria da Fé, que iniciou-se com um grupo de pessoas interessadas em desenvolver o turismo. A partir do momento que esse grupo foi absorvido pela prefeitura e oficializou-se como Conselho Municipal de Turismo de Maria da Fé, as pessoas começaram a sentir que perderam a autonomia, o controle. A participação não deve se restringir aos espaços governamentais. Parece ter havido uma ciência disso quando, em 2002, praticamente o mesmo grupo que havia criado o Conselho, criou a AMART – Associação Mariense de Turismo. De qualquer forma, talvez pela coincidência das pessoas que participavam da AMART e de espaços públicos abertos à participação, sua atuação não tivesse a independência necessária. Muitos deixaram de participar de organizações ligadas ao turismo quando foram destituídos do Conselho. A AMART esteve pouco atuante com a eleição de uma nova diretoria em 2005, devido à saída da presidenta eleita.

A questão das estradas apontada como um dos maiores entraves ao desenvolvimento do turismo realmente é de responsabilidade restrita do Estado. Outras como promoção e publicidade, acesso a atrativos turísticos privados e informações para os turistas poderiam ser realizadas ou não em parceria com o Estado. Nada impede que outros parceiros sejam buscados para garantir condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais. O Sebrae poderia ter sido mais um parceiro, mas parece que a relação entre este e alguns grupos

tornou-se também de dependência. Mais uma vez a cultura paternalista e subserviente mostra a sua força.

Vale reforçar que a retirada do apoio do governo foi um importante fator para explicar a desmotivação de pessoas e grupos para continuar a participar do processo de desenvolvimento do turismo em Maria da Fé, mas devido à relação de dependência criada pela comunidade em relação a esse. O apoio do governo é tão importante quanto o apoio de qualquer outro parceiro, sobretudo no que diz respeito a ações que seriam restritas a ele, como a construção e modernização das estradas. Entretanto, isso não pode justificar a desistência, a paralisação do processo e o sentimento de revolta contra a gestão municipal (2005-2008), uma vez que várias outras ações que independem do governo poderiam estar em curso e estão nos grupos que permanecem atuando.

Optou-se por analisar a participação, de acordo com o processo de mobilização estabelecido por Toro e Werneck (2004), que estabelece quatro dimensões deste processo: o imaginário, o campo de atuação, a coletivização e o acompanhamento. As quatro dimensões devem ser continuadas para manutenção e aprofundamento da participação. O Sebrae teve um importante papel na mobilização em Maria da Fé, apresentando um imaginário, um norte; procurando fazer com que mais pessoas abraçassem a causa, ou seja, ampliando inicialmente o campo de atuação; formando e informando e construindo conjuntamente conhecimento.

Houve a detecção pelo Sebrae da baixa auto-estima da cidade e um processo de resgate desta auto-estima, que ficou conhecido como metodologia Maria da Fé. O Sebrae fazia a troca de informações entre as pessoas e grupos e procurou reforçar a mobilização, dando visibilidade a Maria da Fé fora da cidade, inclusive através da mídia. Isso propiciou as parcerias que viabilizaram o início da comercialização do artesanato do Gente de Fibra e a restauração da igreja. O Plano de Ações Integradas, construído coletivamente, serviu por um tempo como forma de acompanhamento do desenvolvimento.

Parece que o Sebrae tinha uma visão do todo e, quando da sua saída, procurou orientar o então Secretário de Turismo para rever e dar continuidade ao Plano de Ações Integradas. Talvez, não fosse a instância mais indicada. As administrações políticas passam. Orientou os grupos a se formalizarem como forma de obter parcerias, inclusive para financiamentos. A AMOTUR com seus projetos educativos nas escolas estaria preparando o campo de atuação futuro; buscando e fortalecendo uma identidade local.

Com a saída do Sebrae, entretanto, houve descontinuidade das quatro dimensões da mobilização, que não foram assumidas por nenhuma das organizações da sociedade civil em Maria da Fé. Isso indica que o nível de participação e confiança entre as pessoas, a rede de relações não estava ainda estabelecida. A comunidade diagnosticou, propôs, decidiu, mas em alguns casos não agiu e esperou que o governo e o Sebrae agissem. O Sebrae manteve-se aberto, mas a personificação da instituição em uma de suas técnicas que se retirou dificultou a continuidade da parceria.

O imaginário mais geral do desenvolvimento do turismo está enfraquecido. Um grupo que pode assumir esse imaginário é a AMART – Associação Mariense de Turismo. Não há coletivização. Não sabem informar quem continua ou não continua, têm receio de indicar para os turistas algo que não está mais ativo. Não há mais metas para o acompanhamento.

O que difere grupos atuantes dos não atuantes em relação aos fatores processo de mobilização e ação dos agentes externos são a visibilidade alcançada fora da cidade, o estabelecimento de diversas parcerias, o não estabelecimento de uma relação de dependência do Estado ou de um parceiro, a constante busca de aprendizado, a sustentabilidade econômica e a capacidade de permanecerem juntos apesar dos conflitos e dificuldades.

Um bom exemplo disso é o Gente de Fibra, hoje reconhecido nacional e internacionalmente, em função dos seus valores ecológicos, sociais e de economia solidária. Essa visibilidade é importante para a busca de parcerias. A sustentabilidade econômica é

importante, mas não garante o aperfeiçoamento necessário. Para isso, buscam parcerias para conseguir equipamentos, desenvolver cursos e comercializar. Há associação entre não desenvolvimento e falta de recursos, mas o Gente de Fibra mostra que participação, cooperação e troca de informações são mais importantes. Enfrentaram suas dificuldades e conflitos ouvindo, conversando e buscando consultorias.

Maria da Fé melhorou e pode retomar o desenvolvimento do turismo. Tem ainda como vantagens o controle por parte dos locais e o tempo para desenvolverem conjuntamente o turismo, antes que os turistas ou pessoas “de fora” assumam o controle e decidam por eles. O fato do processo ter sido lento propicia ainda mobilizar e planejar, escolhendo valores dos quais não querem abrir mão. Simplesmente esperar a saturação de outros locais pode representar um risco de não preservação dos valores comunitários, da identidade local, da distribuição da renda e da preservação ambiental.

Contemporaneamente, diversos autores indicam a participação da comunidade como essencial ao planejamento e desenvolvimento sustentável do turismo e poucos aprofundam a discussão de como deveria se dar essa participação. Duas abordagens para a participação comunitária foram estudadas nesta dissertação, a do empoderamento e a da mobilização social. Na abordagem do empoderamento, enfatiza-se a questão das relações de poder, aponta-se a necessidade de fortalecimento da identidade e de informar-se e construir conhecimento. Na abordagem da mobilização, fala-se de uma cultura latino-americana de transferência de responsabilidades para o governo sobre o que é público e foca-se no processo da participação de distinguir objetivos, informar-se, agir, criar novas alternativas de atuação, compartilhar, construir conhecimento e ter claras as metas ou indicadores. Nas duas abordagens, participar é o meio, o caminho para a mudança cultural e o fortalecimento da identidade, que seriam pressupostos do desenvolvimento sustentável com o aprofundamento da participação ao nível da co-responsabilidade.

Entretanto, a necessidade de produzir-se resultados de curto prazo como estímulo inicial para a participação pode adiar, camuflar e levar ao retrocesso da participação pelo não enfrentamento claro das questões culturais e identitárias. A maior contribuição deste estudo talvez seja a consideração das duas abordagens na criação de categorias de análise, tais como visão de turismo e visão do papel do Estado e de agentes externos, que enfatizam cultura e identidade, de forma que essas possam ser analisadas e processadas pela própria comunidade em questão.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Construindo as instituições do desenvolvimento econômico*. Gazeta Mercantil – 7/02/01 – p. A 3

BARRETO, Margarita. *As ciências sociais aplicadas ao turismo*. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloísa Turini ; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BENI, Mário Carlos. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BOECHAT, Cláudio Bruzzi; MIRAGLIA, Letícia; WERNECK, Nísia Maria Duarte. *O Instituto Holcim e o programa Ortópolis*. In: HENRIQUES, Márcio Simeone e WERNECK, Nísia Maria Duarte (orgs). *Visões de futuro: responsabilidade compartilhada e mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRANDON, Katrina. *Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza*. In: LINDEBERG, KE; HAWKINS, DE (Ed.) *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 1999.

BUTLER, Richard W. *Problemas e temas de integração do desenvolvimento do turismo*. In: PEARCE, Douglas G; BUTLER, Richard W. (orgs); tradução de Edite Sciuli. *Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia*. Novos Estudos CEBRAP n 21, julho de 1988, pp.133-157.

CAVALCANTI, Clóvis. *Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico*. In: Trabalhos para discussão nº 104/2001. Fundação Joaquim Nabuco, março 2001. www.fundaj.gov.br/tpd/104. Acessado em 18/04/06.

COHN, Maria da Glória. *Revista Saúde e Sociedade*, volume 13, n02, p. 20-31, mai-ago 2004.

CORTA, Alberto Enriquez Villa; RODRIGUEZ, Marcos. *Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento*. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

DANN, Graham M. S. *Temas teóricos para o futuro desenvolvimento do turismo: identificando a agenda*. In: PEARCE, Douglas G; BUTLER, Richard W. (orgs); tradução de Edite Sciuli. *Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002.

DENARDI, Reni Antônio; HENDERIKX, Elisabeth Maria Gerarda Johanna; CASTILHOS, Dino Sandro Borges de; BIANCHINI, Valter. *Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná*. Curitiba: Emater-Paraná, 2000.

ENDRES, Ana Valéria. As mudanças na condução política do Estado e seus reflexos nas políticas públicas de turismo: uma análise do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. In: SOUZA, Maria José (org.) *Políticas Públicas e o lugar do turismo*. Brasília: UNB/Ministério do Meio Ambiente, 2002a.

ENRIQUEZ, Eugène. *O vínculo grupal*. In: MACHADO, M. N. M.; CASTRO, E. M.; ARAÚJO, J. N. G.; ROEDEL, S. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.61-74.

FARIA, Izabel Mendonça. *Efervescência e decadência de atividades agrícolas: a questão ambiental como causa da decadência e como saída para a retomada do desenvolvimento*. Artigo apresentado no II Encontro da ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, São Paulo, 2004. Disponível em www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/Izabel_faria

GALLICHIO, Enrique. *Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina*. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALL, Colin Michael. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. RJ: DP&A Editora, 1999.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Pará de Minas: Gênese, 2002.

HUGHES, John. *A filosofia da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Azhar Editores, 1983.

IORIO, Cecília. *Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos*. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

IRVING, Marta de Azevedo. *Turismo, ética e educação ambiental*. In: IRVING, Marta de Azevedo; Azevedo, Júlia. *O desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002a.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. *O Projeto Manuelzão e a Expedição Manuelzão desce o Rio das Velhas*. In: HENRIQUES, Márcio Simeone e WERNECK, Nísia Maria Duarte (orgs). *Visões de futuro: responsabilidade compartilhada e mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, mai/ago 2004, vol. 30, n.2, p.289-300.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MITCHELL, Ross E. e REID, Donald G. *Community integration*. Island Tourism in Peru. Annals of Tourism Research. Vol. 28, No. 1, pp 113-139, 2001.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. *Comunicação, identidade e mobilização social na era da informação*. Vitória: VIII Simpósio da Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste, 2001.

OMT. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

PEARCE, Philip L.; MOSCARDO, Gianna. *Análise do turismo comunitário: fazendo as perguntas certas*. In: PEARCE, Douglas G; BUTLER, Richard W. (orgs); tradução de Edite Sciuli. *Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002.

PETROCCHI, Mário. *Gestão de pólos turísticos*. São Paulo: Futura, 2002.

RABELO, Desirée C.; SUZINA, Ana Cristina. *A comunicação e os comunicadores na Pastoral da Criança*. In: HENRIQUES, Márcio Simeone e WERNECK, Nísia Maria Duarte (orgs). *Visões de futuro: responsabilidade compartilhada e mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RANAURO, Márcio Lima. *Sustentabilidade numa perspectiva endógena*. Contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. Caderno Virtual de Turismo, número 14, dezembro de 2004. Disponível em www.ivt.vjnet/caderno.

RODRIGUES, A. B (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

ROMANO, Jorge O. *Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza*. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

SILVA, Jorge Antônio Santos. *Pensando o planejamento face à intervenção do estado no turismo: a questão do sistema de informações*. Turismo – Visão e Ação – ano 2 – n.5 – p.9-22 out-1999/mar-2000

SILVA, Jussara Maria da Rocha. *Turismo rural: a salvação da lavoura*. In: VEIT, Maria Regina (org.). *Histórias de sucesso*. Belo Horizonte: Sebrae, 2003, volume 3.

TORO, José Bernardo & WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TROPIA, Maria de Fátima Magalhães. *Fatores determinantes do desenvolvimento do turismo rural em Maria da Fé*. Dissertação apresentada à Universitat de Lles Iles Balears, 2003.

VIEIRA FILHO, Nelson Antônio Quadros; FERREIRA, Marta Araújo Tavares. Empreendedorismo em turismo na era do conhecimento. In: DIAS, Reinaldo e VIEIRA FILHO, Nelson Quadros (org.). *Hotelaria e turismo: elementos de gestão e competitividade*. Campinas: Editora Alínea, 2006.

APÊNDICE

Apêndice A - Roteiro para entrevistas em profundidade com líderes e participantes das atividades e projetos para desenvolvimento do turismo em Maria da Fé

História de vida ligada à história de Maria da Fé

É natural de Maria da Fé? Seus pais também? Sempre morou na cidade? Qual a sua idade? Grau de instrução? Trabalhou com o quê? E hoje trabalha com? Quais as principais mudanças por que Maria da Fé passou? Participou de movimentos, associações? Como participou? Como começou? Que avaliação faz do movimento/organização e de sua participação?

Identidade local

Quais as principais características de Maria da Fé? O que distingue, diferencia Maria da Fé de outras localidades? E o mariense? Quem é, como é o mariense? Suas principais características?

Visão do turismo

O que é o turismo? O que o turismo representa para Maria da Fé? E para você? Você tem relação com o turismo? Como começou? Participa de alguma associação, cooperativa nesse sentido? Como participa? Quais os aspectos positivos e negativos do turismo? Quem são e como são os turistas? Você tem contato com o turista? Qual o papel dos governos municipal, estadual ou federal no turismo ou nas atividades que desenvolve?

Para empresários: Qual o percentual de sua renda vem do turismo? Essa renda oscila muito ou é estável durante todo o ano?

Processo de participação

Já participou de algum processo envolvendo o turismo? Quem o chamou para desenvolver o turismo? Qual era o(s) objetivo(s)? Que informações foram dadas? Fez cursos? Quais? Que cuidados ambientais tem? Que decisões foram tomadas? Quem decidiu? E você? O que decidiu? O que fez? Discordou de alguma coisa no processo? Discutiu isso com os outros? Que resultados foram alcançados? E hoje? Quais são as perspectivas e desafios? Como você se informa do que está acontecendo com outros grupos, empresários que participaram? Vocês trocam informações? Desenvolvem ações juntos? Que avaliação faz da sua participação e do processo?

Agentes

Como avalia a atuação dos governos (municipal, estadual, federal) no turismo ou nas atividades que desenvolve? E a atuação de outros agentes?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)